

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO
EIA/RIMA DA IMPLANTAÇÃO DO PORTO CENTRAL - PRESIDENTE
KENNEDY/ES. EM 07 DE NOVEMBRO DE 2013.**

(Transcrição)

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Boa noite a todos. Peço que todos se acomodem em seus lugares.

Vamos dar início a Audiência Pública passando algumas instruções de segurança aqui do Ginásio, para isso convido o Sr. Cristian Senn e, solicito que todos façam silêncio, pois essas informações são muito importantes.

O SR. CRISTIAN SENN – Senhoras e Senhores, boa-noite.

Este Ginásio possui quatro saídas de emergência, duas localizadas na frente do Ginásio e duas nas laterais. Cada uma delas está individualizada com uma lâmpada autônoma vermelha. Essas saídas serão utilizadas apenas se houver necessidade, deve ser declarado que a forma mais rápida de esvaziar um recinto como este, é fazendo lentamente, de maneira normal e natural.

Este Ginásio possui equipamentos para combate de incêndio, que serão operados apenas por pessoas treinadas que contamos com elas no Ginásio. Para garantir a segurança, além dos rapazes de camiseta preta, que são seguranças privados, contamos com a presença da Guarda Municipal e prestes a chegar também a Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

Para garantir a integridade e a saúde das pessoas se encontra do lado de fora do Ginásio, uma ambulância com uma equipe de paramédicos, por favor, solicitem a equipe de segurança caso haja necessidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Obrigada. Boa-noite a todos.

Meu nome é Mariana Graciosa Pereira, sou Coordenadora de Portos, Aeroportos e Hidrovias do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, trabalho na Diretoria de Licenciamento que é responsável pela condução do processo de licenciamento do Porto

Central, que é o empreendimento que vamos discutir aqui hoje, vai ser feita a apresentação do EIA/RIMA.

E o objetivo desta Audiência Pública é passar as informações do que está sendo projetado por esse projeto, os estudos que a Consultoria elaborou e fazer também a discussão.

Quero pedir desculpas pelo atraso.

Passaremos a composição da Mesa. Convido os Representantes do Empreendedor, Empresa TPK Logística S.A., Sr. José Maria Vieira de Novaes e Sr. José Salomão Fadlalah, representando a Consultora Econservation Estudos e Projetos Ambientais Ltda., o Sr. Paulo Wander Cerutti, representando o IEMA - Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. André Labanca, a Prefeita Municipal de Presidente Kennedy, Sra. Amanda Quinta Rangel.

Neste momento convidamos a todos a se postarem de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro.

(É executado o Hino Nacional Brasileiro)

*"Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.*

*Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!*

*Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!*



*Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança a terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.*

*Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza*

*Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!*

*Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!*

II

*Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!*

*Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
"Nossos bosques têm mais vida",
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".*

*Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!*



*Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
- Paz no futuro e glória no passado.*

*Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.*

*Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!*

*Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!"*

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) –

Concedo a palavra ao Analista Ambiental do IBAMA, Sr. Thiago Ayres Lazarotti Abreu, para fazer a leitura do regulamento desta Audiência Pública.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) –

Boa-noite a todos.

Regulamento da Audiência Pública.

Art. 1º - O presente Regulamento trata dos procedimentos a serem observados na Audiência Pública, para discussão do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA, relativo ao empreendimento "Porto Central".

Art. 2º - A Audiência será constituída por uma Mesa Diretora e um Plenário.

Art. 3º - A Mesa Diretora será composta pelo Presidente, pelo Secretário Executivo, pelo Prefeito do Município, pelo

representante do Órgão Estadual de Meio Ambiente, pelo representante do empreendedor, pelo representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA.

§1º - A Audiência será presidida e coordenada pelo IBAMA, que mediará os debates.

§2º - Caberá ao Secretário Executivo auxiliar o Presidente na condução dos debates e no registro dos participantes da Audiência Pública, em lista de presença, na qual deverá constar nome, número do documento de identidade, número do telefone e Instituição que representa ou localidade de origem e assinatura.

§3º - Todos os presentes na Audiência Pública deverão preencher a lista de presença.

Art. 4º - O Presidente realizará a abertura oficial da Audiência Pública seguida de um breve pronunciamento a cerca dos objetivos da Audiência.

Art. 5º - Após a abertura oficial e o pronunciamento do Presidente, será iniciada a fase de apresentações. Para essa fase, a Mesa terá sua composição simplificada, sendo composta apenas pelo Presidente, pelo Secretário Executivo, pelo representante do empreendedor e pelo representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA.

§1º - O IBAMA realizará a apresentação sobre os procedimentos do licenciamento ambiental e sobre o histórico e estágio atual do processo de licenciamento em questão, com duração máxima de 15 (quinze) minutos.

§2º - O empreendedor realizará a apresentação sobre o empreendimento e seus objetivos, com duração máxima de 20 (vinte) minutos.

§3º - O representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA realizará exposição sobre os estudos desenvolvidos com duração máxima de 40 (quarenta) minutos.

§4º - Todas as apresentações deverão ser realizadas em linguagem clara e objetiva, respeitando os respectivos tempos de duração indicados.

Art. 6º - Será concedido um intervalo de 15 (quinze) minutos, podendo ser prorrogado, caso seja necessário, a critério do Presidente da Mesa Diretora.

§1º - A partir desse momento estarão abertas as inscrições dos cidadãos interessados em apresentar questionamentos ou comentários ao empreendedor, ao representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA ou ao IBAMA.

§2º - Aqueles interessados em realizar questionamentos ou comentários deverão preencher a ficha de inscrição a ser disponibilizada aos presentes.

§3º - Os questionamentos ou comentários poderão ser realizados por escrito ou oralmente, devendo tal escolha estar indicada na ficha de inscrição.

Art. 7º - O Presidente abrirá a fase de apresentação dos questionamentos ou comentários, obedecendo à ordem de chegada das fichas de inscrição ao Secretário Executivo.

§1º - As fichas de inscrição poderão ser organizadas em blocos de manifestações orais e escritas ou por assunto, a critério do Presidente.

§2º - O Presidente conduzirá os debates com firmeza, não permitindo apartes ou manifestações extemporâneas de qualquer natureza.

§3º - Cada manifestação oral deverá ter duração máxima de 03 (três) minutos, tempo eventualmente prorrogável por mais 01 (um) minuto, a critério do Presidente.

§4º - Caso não sinta contemplado pela resposta, o cidadão inscrito poderá solicitar esclarecimentos adicionais, através de manifestação oral, ao tempo máximo de 02 (dois) minutos.

§5º - As manifestações orais deverão observar o tempo indicado, em respeito aos demais cidadãos presentes.

§6º - O cidadão inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar ou transferir para outro cidadão.

§7º - Os questionamentos que não forem possíveis de serem respondidos pelos presentes, serão protocolados pelo IBAMA para encaminhamento posterior da resposta ao endereço indicado na ficha de inscrição.

Art. 8º - Durante a Audiência Pública, poderão ser entregues documentos ao Secretário Executivo, que serão recebidos, protocolados e anexados ao respectivo processo administrativo de licenciamento ambiental.

§1º - Somente serão respondidos ao autor aqueles documentos protocolados pelo Secretário Executivo que contenham identificação e endereço para resposta.

Art. 9º - Concluída a etapa de discussões, será realizado o encerramento da Audiência Pública pelo Presidente.

Art. 10 – Será lavrada ata sucinta da Audiência Pública por analista ambiental designado para essa função, que deverá ser assinada pelo Presidente, pelo Secretário Executivo, pelo representante do empreendedor, pelo representante da empresa responsável pelo EIA/RIMA e pelas autoridades participantes, se assim o desejarem, passando a ser parte

integrante do processo administrativo de licenciamento ambiental.

Art. 11 – A Audiência Pública será gravada, filmada e transcrita, a gravação e a transcrição serão anexados ao processo administrativo de licenciamento ambiental.

Art. 12 - Por um prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da realização da Audiência Pública, o IBAMA receberá questionamentos e comentários que serão anexados ao respectivo processo administrativo de licenciamento ambiental.

§1º - Somente serão respondidos ao autor aqueles documentos encaminhados que contenham identificação e endereço para resposta.

Art. 13 – Caberá ao Presidente a decisão dos casos omissos nesse regulamento.

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) –

Neste momento daremos a palavra aos componentes da Mesa que desejarem fazer uso da mesma.

Concedo a palavra, primeiramente a Prefeita do Município de Presidente Kennedy, Sra. Amanda Quinta Rangel, para suas considerações iniciais.

A SRA. AMANDA QUINTA RANGEL – Boa-noite a todos. Fico feliz em ver esse Ginásio cheio, isso significa que os nossos munícipes estão se engajando no entendimento desse novo empreendimento que estará vindo para o município de Presidente Kennedy e, dando um passo mais importante agora, que é discutir esse empreendimento que vai mudar a realidade de Presidente Kennedy.

Quero cumprimentar o José Maria Vieira de Novaes, em nome dele cumprimento toda a Mesa aqui presente, ele é o Representante da TPK.

Quero cumprimentar o Sr. Vereador Jacimar Marvila, Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador Bruno das Neves, Sra. Vereadora Dilzerly

Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.



Miranda Machado Tinoco, Sr. Vereador Tércio Jordão Gomes, e se tiver outro Vereador presente que ainda não vi, se sinta cumprimentado também. Quero cumprimentar o Frei Levi, é o representante da nossa Igreja Católica.

Em uma das nossas discussões, nossas reuniões que tem sido colocado anteriormente a cada quinze dias, atualmente uma vez por mês, que vem se desmembrando em várias etapas, discutindo várias ações e, o que posso destacar é a parte da educação, onde a Prefeitura tem se engajado de buscar qualificação dos nossos munícipes para estarem sendo aproveitados nesse empreendimento que vai ser realizado, o Porto Central em Presidente Kennedy, entre a Praia de Marobá e a Praia das Neves.

Então, só tenho a dizer e agradecer a Secretaria de Estado de Desenvolvimento, aqui representada pela Sra. Camila, que tem se desempenhado nesse trabalho de estar reunindo esse grupo de trabalho, que tem a composição tanto da SEDES – Secretaria de Estado de Desenvolvimento, quanto da Secretaria Estadual de Educação e o Grupo do empreendimento TPK Logística S.A., que vem discutindo todas as ações com as mudanças que esse novo empreendimento vai ter no nosso município.

Então, essas reuniões tem sido muito satisfatórias, já começamos a ver bastante mudança, etapas que foram colocadas, que foram destinadas a cada Secretaria a ser realizadas, para que esse empreendimento tenha sucesso e agilidade, que é o que tanto ansiamos, que se conclua para fazer parte da mudança do nosso município, podendo gerar emprego e renda e, fazer com que a nossa cidade cresça, que tanto amamos.

Agradeço a todos os nossos Secretários que estão aqui presentes, aos funcionários públicos também, que fazem parte dessa história.

Quero dizer a todos os senhores que tenhamos um bom trabalho aqui hoje, vai ser uma reunião técnica que vai ser apresentado, como foi dito, que todos façam um bom proveito dessa reunião e, me coloco à disposição no que diz respeito à Prefeitura.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) –

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão Fadlalah, Representante do Empreendedor, Empresa TPK Logística S.A.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH – (CONSULTOR) – Boa-noite a todos. Meu nome é José Salomão Fadlalah.

Em nome da TPK Logística S.A, espero que os senhores assistam hoje uma apresentação sobre o nosso projeto e que ela possa esclarecer todas as dúvidas e mostrar todos os benefícios do projeto.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) –

Concedo a palavra ao Sr. André Labanca, representante do IEMA.

O SR. ANDRÉ LABANCA – (IEMA) – Boa-noite.

Meu nome é André Labanca, estou representando aqui o IEMA.

Boa noite para os companheiros da Mesa.

Gostaria apenas de agradecer o convite ao IEMA para participar desta Audiência Pública, dizer como a Sra. Mariana falou, embora esse processo de licenciamento esteja sendo conduzido pelo IBAMA. O IEMA está aqui presente com a equipe técnica que participa do licenciamento dos Portos que são de competência do IEMA.

É muito importante essa etapa da Audiência Pública, espero que seja feito um excelente debate nesta noite e, que as discussões possam contribuir muito para esse processo de licenciamento.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) –

Neste momento gostaria de registrar a presença de algumas autoridades, Sr. Carlos Belônia, Presidente da Colônia Pesca Z-14, Sr. Valdir Uliana, da Secretaria de Transporte do Estado do Espírito Santo, Frei Levi, Igreja Católica, Sr. José Geraldo Soares, Presidente Colônia de Pesca Z-1, Sr. Reginaldo de Souza, do IEMA, Sra. Maria Sepulcri Salaroli, do IEMA, Sra. Aline Nunes Garcia, do IEMA, Sr. Fernando Cordeiro, do IEMA, Sra. Luzinete Matarazzo, Santuário Praia das Neves, Sra. Luciana de Oliveira, da Secretaria

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**



de Educação de Presidente Kennedy, Sra. Helem Hernandez, da Secretaria de Educação de Presidente Kennedy, Sr. José Bessa Barros, Pró-reitor do Centro Universitário São Camilo, Sr. Josélio Altoé, representante do INCAPER, Sr. Daniel, Vereador de Presidente Kennedy, Sr. Ronaldo Mignone, Secretário de Meio Ambiente, Sr. Célio Junior, Secretaria de Esportes de Presidente Kennedy, Sra. Sabrina Proeza, da Secretaria de Educação de Presidente Kennedy, Sr. João Machado Gomes, da Associação dos Metalúrgicos, Dra. Moema Gilberti, Representante do Ministério Público, Sr. Ricardo Cordeiro, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Sr. Vereador Tércio Jordão Gomes, Sr. Vereador Bruno das Neves, Sr. Leandro Rainha, da Secretaria de Meio Ambiente, Sr. Vereador Jacimar Marvila Batista, Presidente da Câmara Municipal, Sr. Vereador Claudio Viana, Presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Itabapoana, Sra. Vereadora Dilzerly Miranda Machado Tinoco.

Vamos dar início à fase de apresentações, essa fase é bem importante, é nessa que vão estar as informações para que os senhores possam fazer as perguntas depois.

Começaremos com a apresentação do IBAMA, sobre o processo de licenciamento.

Concedo a palavra a Sra. Fabíola Derossi, Analista Ambiental do IBAMA, para que faça a apresentação em 15 (quinze) minutos.

Caso os componentes da Mesa queiram mudar de lugar para assistirem melhor a apresentação, fiquem à vontade.



Licenciamento Ambiental

Segundo a lei:

“Procedimento administrativo que tem como objetivo disciplinar, previamente, a construção, instalação, ampliação e funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como aqueles capazes de causar degradação ambiental.”


(Artigo 10, Lei nº 6938/81)
Política Nacional de Meio Ambiente

A SRA. FABÍOLA DEROSSI – (IBAMA) – Primeiramente, boa-noite.
Meu nome é Fabíola Derossi, sou Analista Ambiental do IBAMA.

Vou fazer uma breve apresentação sobre o processo de licenciamento ambiental, juntamente com a apresentação do processo do Porto.

Inicialmente o que é Licenciamento Ambiental.

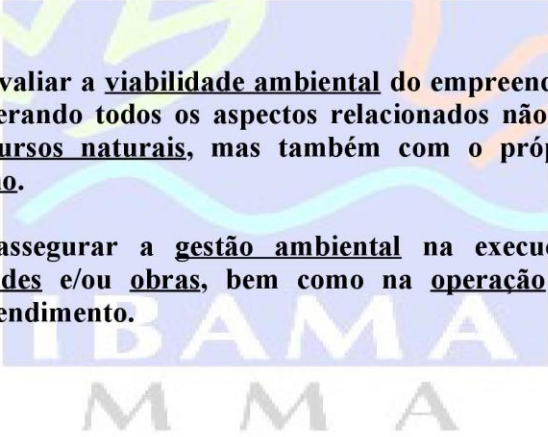
Segundo a Lei nº. 6938/81, que é da Política Nacional de Meio Ambiente, é um procedimento administrativo que tem como objetivo disciplinar, previamente todo o tipo de intervenção, todas as etapas da implantação de um empreendimento, tanto da implantação quanto da operação. De qualquer empreendimento ou atividade que tenha potencial de causar algum tipo de impacto, algum tipo de degradação ambiental.



Para que serve o licenciamento ambiental?

Para avaliar a viabilidade ambiental do empreendimento, considerando todos os aspectos relacionados não só com os recursos naturais, mas também com o próprio ser humano.


Para assegurar a gestão ambiental na execução das atividades e/ou obras, bem como na operação de um empreendimento.



Para que serve o Licenciamento Ambiental?

Primeiramente vai avaliar a viabilidade ambiental desse empreendimento, considerando não somente os recursos naturais, considerando também o ser humano. E é justamente essa etapa que a Audiência Pública vem representar, a participação e a inclusão do ser humano nesse processo, tanto em relação ao empreendimento, quanto em relação a condução, as questões burocráticas.

E com isso vai ter a finalidade de assegurar a gestão ambiental tanto da fase de implantação, quanto da fase de operação.



Qual a legislação ambiental pertinente ao licenciamento ambiental?

- Constituição Federal de 1988;
- Lei nº 6938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Complementar nº 140/2011;
- Resolução CONAMA nº 01/86;
- Resolução CONAMA nº 237/97;
- Instrução Normativa nº 184/2009 IBAMA;

Aqui temos alguns exemplos de normativas que tem relação com o licenciamento ambiental, são muito mais do que essas que estão aqui, aqui são exemplos de algumas normativas bem importantes.

A Constituição Federal de 1988, seu Artigo 225 fala sobre meio ambiente.

A Lei nº 6938/81 – Política Nacional de Meio Ambiente.

E outras Leis, Resoluções, Instruções Normativas, Resoluções CONAMA, têm uma relevância muito grande durante esse processo.



Quais as LICENÇAS que devem ser requeridas antes de iniciar a operação?


- Licença Prévia – LP
- Licença de Instalação – LI
- Licença de Operação - LO



Quais seriam as Licenças que compreendem esse processo de licenciamento ambiental?

São três basicamente: a Licença Prévia (LP), a Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO).

Atualmente na fase de Audiência Pública estamos tratando especificamente da Licença Prévia. Então, estamos nessa fase ainda previamente a qualquer tipo de intervenção do empreendimento na localidade.



Fases do licenciamento ambiental

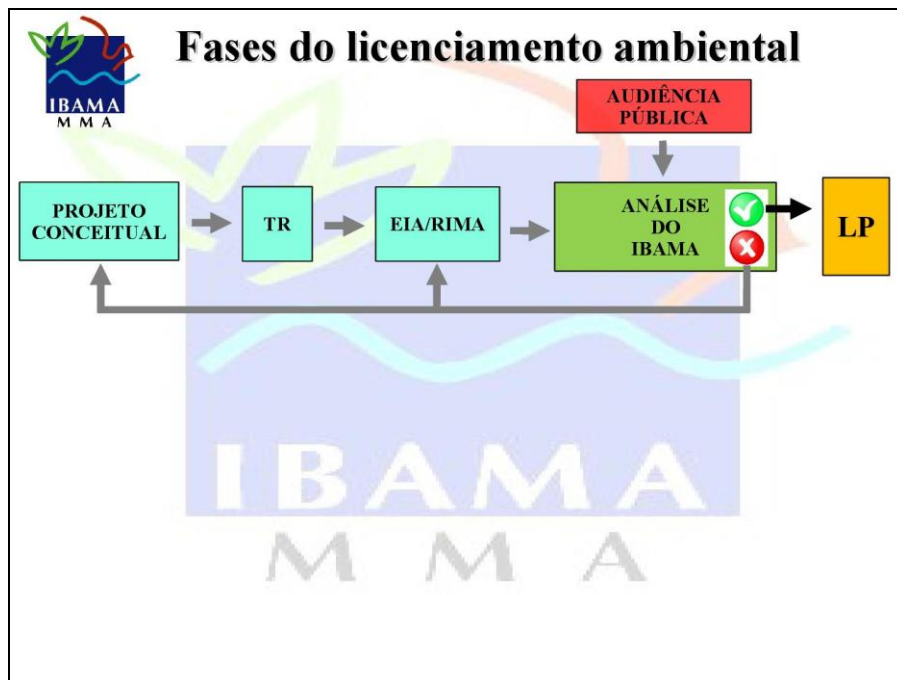
FASE 1 – Licença Prévia (AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL)

Análise do diagnóstico da região e do projeto básico de empreendimentos e atividades potencialmente causadores de poluição para identificação, previsão e interpretação de impactos ambientais e manifestação sobre a viabilidade ambiental.

Fase 1 – Licença Prévia

Que é a fase de avaliação de impactos ambientais.

É importante frisar que a licença prévia não autoriza nenhum tipo de intervenção ainda no ambiente, nem de instalação, nem de operação. Porque essa é a fase em que vai ser avaliado o diagnóstico ambiental, vão ser avaliados os impactos ambientais do empreendimento através dos estudos ambientais elaborados pelo empreendedor e a consultoria e, ai sim o Órgão Ambiental emite um posicionamento sobre essa viabilidade, sobre a questão dos impactos e as demais medidas que venham a mitigar, compensar ou maximizar os impactos causados pelo empreendimento. Porque podem ser impactos negativos ou impactos positivos.



Aqui temos um esquema bem sucinto do que seria essa fase inicial de Licença Prévia.

Projeto conceitual, que é apresentado pelo empreendedor ao Órgão Ambiental. O Órgão Ambiental, no caso do IBAMA emite um Termo de Referência (TR) que contém as diretrizes, o conteúdo mínimo que deve estar contido nesse Estudo Ambiental, o empreendedor apresenta o Estudo ao Órgão Ambiental, o EIA/RIMA e o IBAMA analisa.

Durante o processo de análise se inclui também todas as informações, todas as contribuições da população mediante a Audiência Pública. E depois dessa análise, de considerar todas as contribuições que vem da Audiência também, o IBAMA se manifesta favoravelmente ou contrariamente a viabilidade ambiental do empreendimento.

Caso o IBAMA considere viável é emitida a Licença Prévia, caso haja algum questionamento, haja algum posicionamento desfavorável, pode voltar nesse processo, tanto na fase de projeto conceitual, inicial, uma mudança nesse projeto, quanto na fase de complementações, de informações, dentro do próprio estudo apresentado.



Fases do licenciamento ambiental

FASE 2 – Licença de Instalação (GESTÃO AMBIENTAL)

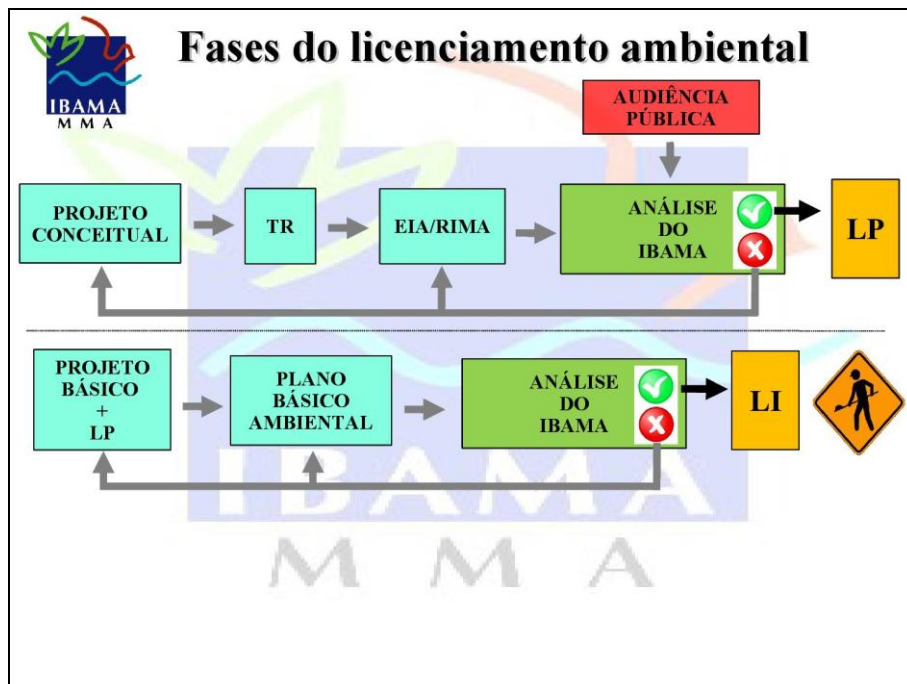
Aprovação e autorização da execução do projeto de engenharia e dos programas ambientais relacionados às medidas de mitigação, compensatórias, controle e monitoramento ambiental, além da compensação ambiental.

Acompanhamento das obras/atividades do empreendimento, bem como da execução das medidas propostas para compensação, controle e monitoramento dos impactos ambientais.

A segunda fase seria da Licença de Instalação, depois que já foi emitida a Licença Prévia.

Na Licença Prévia houve avaliação de impactos ambientais, na fase de Licença de Instalação é uma fase de gestão ambiental, porque é nesse momento que é apresentado então, o projeto de engenharia e os programas ambientais que vão ser conduzidos a partir da instalação e, posteriormente na alteração do empreendimento. É nesse momento então, que são colocadas em prática todas as medidas, que vem para melhorar os impactos, para maximizar os impactos positivos e para mitigar os impactos negativos.

Nesse momento também, é quando o IBAMA começa a acompanhar as obras, a instalação do empreendimento em si. Executar a compensação, o controle, tudo relacionado aos impactos que já haviam sido identificados na fase anterior.



Continuamos com o fluxograma da Licença Prévia, em seguida vem então, a fase de Licença de Instalação.

Depois que se tem o projeto básico do empreendimento mais a Licença Prévia, vem o Plano Básico Ambiental, é um plano porque é composto por vários programas. São Programas de controle de monitoramento, que vão ser implementados.

O IBAMA analisa esse Plano Básico Ambiental e se tiver tudo certo, é emitida a Licença de Instalação, caso haja algum questionamento, algum problema a ser resolvido com relação a esses programas, pode se voltar na fase de projeto básico e Licença Prévia ou então, voltar para alguma complementação em relação ao Plano Básico Ambiental.



Fases do licenciamento ambiental

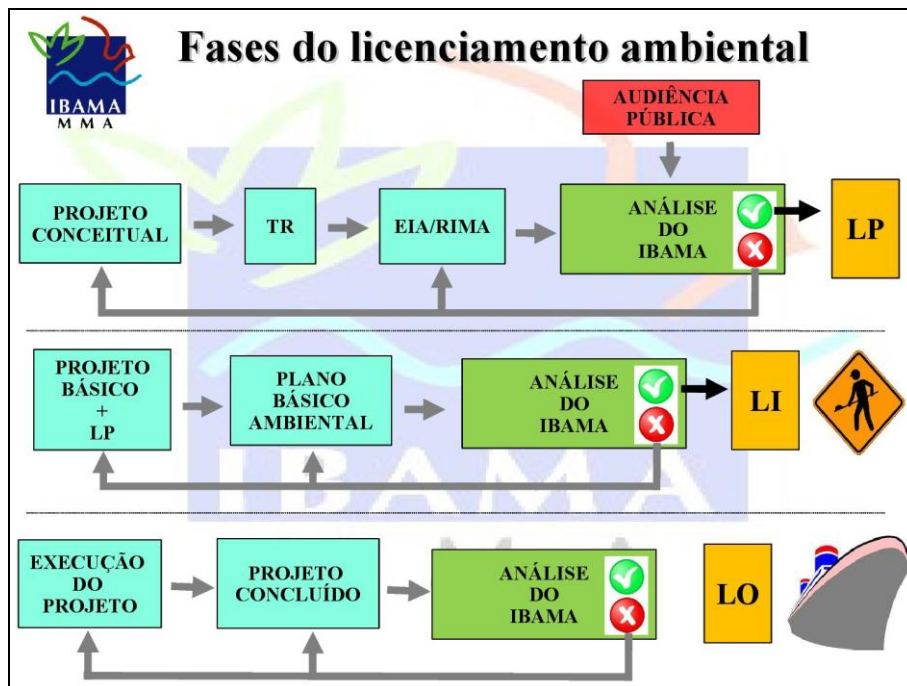
FASE 3 – Licença de Operação (GESTÃO AMBIENTAL)

Autorização para operação do empreendimento.

Acompanhamento da execução dos programas ambientais destinados a minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos decorrentes da operação da atividade ou empreendimento.



A terceira fase, depois da LP e da LI, é a fase de Licença de Operação, que também é uma fase de gestão ambiental, que autoriza efetivamente a operação do empreendimento. Continua-se a acompanhar os Programas Ambientais, a implementação das medidas para ver se tudo está sendo implementado da melhor forma.



A fase de baixo é a fase de operação, executa-se então, o projeto, já que agora o empreendimento está instalado, o projeto estando concluído o IBAMA pode então, se manifestar favoravelmente a operação ou voltar para alguma outra alteração, contribuição ou melhoria com relação a esses programas, com relação as medidas e aos impactos causados pelo empreendimento.



Responsabilidades

- MMA** – Proposição e diretrizes das políticas ambientais
- IBAMA** – Execução da Política Ambiental
- IPHAN** – Análise do componente cultural
- FUNAI** – Análise do componente indígena
- ICMBio** – Análise dos impactos sobre Unidades de Conservação
- Fundação Palmares** – Análise do componente Quilombola
- OEMAS** – Análises e manifestação
- PREFEITURAS** – Conformidade na ocupação do solo

Responsabilidades.

Aqui temos alguns dos Órgãos e Instituições que influenciam nesse processo de licenciamento.

Temos, por exemplo, a FUNAI, que analisa o componente indígena, Órgãos Estaduais de Meio Ambiente que também se manifestam durante o processo, as Prefeituras com relação ao uso e ocupação do solo e, essa lista não se esgota, aqui temos alguns exemplos, mas na verdade vários outros Órgãos, Fundações, Instituições também estão relacionados ao processo de licenciamento, também influenciam e se manifestam durante ele.



Importância da Audiência Pública

(Normatizada pela Resolução CONAMA 09/87)

- Oportunidade de conhecer o projeto da construção do Porto Central, pretendido para ser instalado Presidente Kennedy/ES;
- Oportunidade de conhecer os resultados dos Estudos Ambientais (impactos positivos e negativos do empreendimento, medidas mitigadoras e compensatórias);
- Momento para manifestações relacionadas ao empreendimento e aos estudos ambientais (dúvidas, críticas e sugestões);

Agora a fase de Audiência Pública, que é a fase que estamos vivenciando atualmente.

Qual a importância da Audiência Pública? É nesse momento que toda a população tem a oportunidade de conhecer o projeto do empreendimento, de contribuir com críticas, com sugestões, tirando dúvidas, conhecendo melhor e questionando sobre os impactos ambientais, sobre as medidas que estão sendo propostas e, se manifestando favoravelmente, contrariamente, conhecendo e discutindo melhor sobre a implantação do empreendimento.

É uma oportunidade de conhecer o Estudo Ambiental que foi feito, foi elaborado pelo empreendedor, para então, se manifestar.

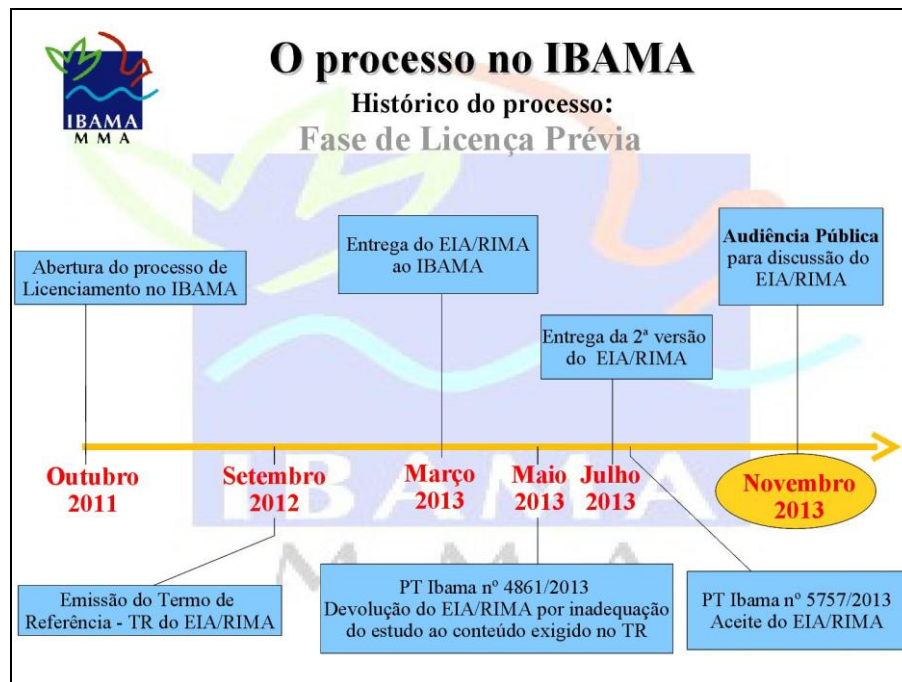


Quem pode solicitar Audiências Públicas?

O próprio Órgão licenciador, no caso o IBAMA, o Ministério Público e Órgãos de classe ou 50 ou mais cidadãos podem solicitar que seja realizada uma Audiência Pública.



Temos aqui um resumo rápido do regulamento, que já foi lido anteriormente. Estamos na fase 2, apresentação do IBAMA, posteriormente a apresentação do Projeto, depois do Estudo Ambiental, pela Consultoria, intervalo, e o que é bem importante, o momento 6, discussão, questionamentos e, o tempo que vai ser rigorosamente cumprido para que todos possam ter oportunidade de se manifestar.




Aqui temos um histórico bem sucinto do processo do Porto Central, sendo conduzido pelo IBAMA.

Podemos ver que em outubro de 2011 foi aberto o processo.

Em setembro de 2012 o IBAMA emitiu o Termo de Referência, dizendo qual era o conteúdo mínimo que deveria constar no Estudo de Impacto Ambiental.

A entrega do Estudo foi feita em março de 2013 e, em maio de 2013 o IBAMA devolveu, porque não estava com todos os conteúdos adequados, de acordo com o Termo de Referência, até que em julho de 2013 foi protocolado um novo Estudo de Impacto Ambiental no IBAMA e houve então, o Parecer do IBAMA aceitando esse Estudo, para que posteriormente possa ser analisado.

E agora, novembro de 2013 é o nosso momento de Audiência Pública.



Procedimentos Seguintes a Audiência Pública

Fase de Licença Prévia

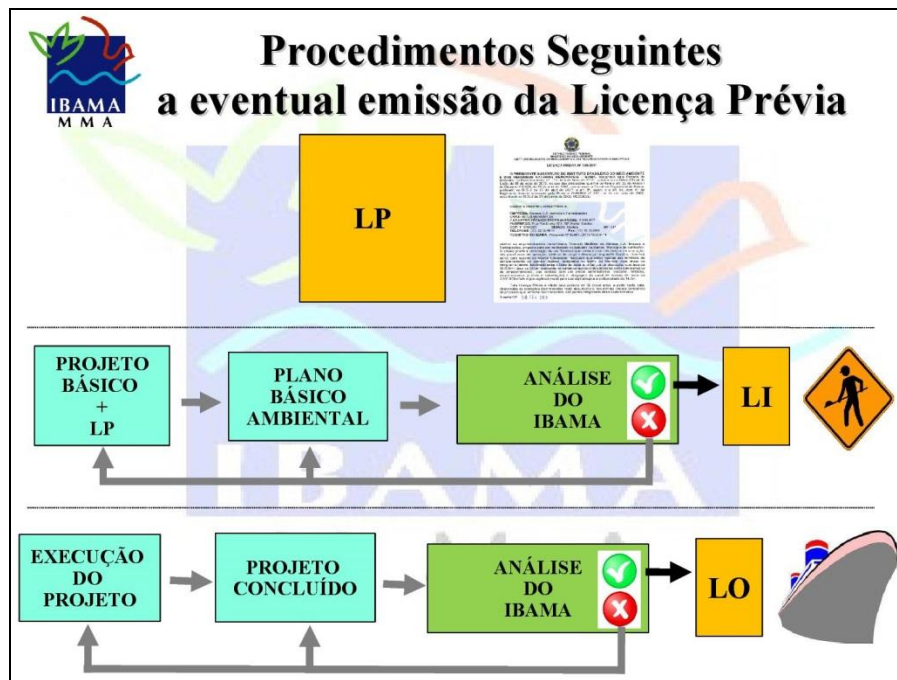
1. Recebimento de manifestações da Audiência Pública – 15 dias úteis;
2. Conclusão da análise do estudo;
4. Solicitação de complementações, se couber;
5. Recebimento de complementações, se houver;
6. Análise conclusiva sobre a viabilidade ambiental do empreendimento com elaboração de Parecer Técnico;
7. Deferimento ou indeferimento da Licença Prévia;

Quais seriam então, os procedimentos seguintes? Depois que a Audiência ocorreu o que vem em seguida?

Como disse anteriormente, estamos na fase de Licença Prévia, então, vamos esperar 15 (quinze) dias uteis para poder receber as manifestações decorrentes desta Audiência, podem ser encaminhadas ao IBAMA.

E o IBAMA vai então, concluir a análise do EIA/RIMA e solicitar complementações, se for o caso, se houver ainda alguma informação que não consta no Estudo.

Receber essas complementações se forem solicitadas e, então, se manifestar conclusivamente com relação à viabilidade ambiental, na fase de Licença Prévia, ainda não autorizando a instalação ou operação do empreendimento.



Procedimentos seguintes a eventual emissão da Licença Prévia.

Não sei se está dando para ver, mas, do lado de LP tem um modelo de Licença Prévia do IBAMA, vem sempre com o logo do IBAMA no fundo. E aqui é um resumo do projeto, do que já tínhamos visto anteriormente, depois da LP, vem à fase de LI (Licença de Instalação) e depois a fase de LO (Licença de Operação).



OBRIGADO!

Contatos

<u><i>Gisela Damm Forattini</i></u> Diretora de Licenciamento Ambiental (dilic@ibama.gov.br)	<u><i>Mariana Graciosa Pereira</i></u> Coordenadora de Licenciamento de Portos, Aeroportos e Hidrovias (61) 3316-1392
<u><i>Guanadir Gonçalves da Silva Sobrinho</i></u> Superintendente do IBAMA no Estado do Espírito Santo (27) 3089-1071, (27) 3089-1056	<u><i>Eugênio Pio Costa</i></u> Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis (61) 3316-1282

Endereço: SCEN Trecho 2 - Ed. Sede – Bloco C, 1º andar - 70818-900 - Brasília-DF

Muito obrigada pela atenção dos senhores.

Aqui temos os contatos, Sra. Gisela Damm Forattini, que é a nossa Diretora de Licenciamento Ambiental, a Sra. Mariana Graciosa Pereira, que é a Presidente da Mesa, Coordenadora de Licenciamento de Portos, Aeroportos e Hidrovias, o Superintendente do IBAMA do Estado do Espírito Santo, Sr. Guanadir Gonçalves da Silva Sobrinho e o Sr. Eugênio Pio Costa, Coordenador Geral de Transportes, Mineração e Obras Civis.

Embaixo o endereço do IBAMA, caso os senhores queiram encaminhar qualquer tipo de sugestão, crítica, documento para constar no processo do Porto Central.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) –

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão Fadlalah, Representante do Empreendedor, Empresa TPK Logística S.A, para fazer a apresentação do empreendimento.



O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH – (EMPREENDEDOR) – Boa noite a todos.

Sou Diretor Técnico da TPK Logística S.A e vou apresentar para os senhores o Projeto do Porto Central.



Quem vai construir o Porto Central?

É a TPK Logística S.A. Seu maior acionista é a Organização POLIMIX, com atuação nas área de concreto, cimento, agregados, logística e energia.

Esse projeto também conta com o apoio do Porto de Rotterdam (Holanda), do Governo do Estado do Espírito Santo e da Prefeitura de Presidente Kennedy.



Visão Ser um complexo portuário industrial de águas profundas de classe mundial provendo desenvolvimento econômico regional e eficiência logística para o mercado brasileiro.

Missão Desenvolver, gerir e operar o porto indústria de maneira competitiva, eficiente, segura e sustentável.

3

A Visão - ser um complexo portuário industrial de águas profundas de classe mundial provendo desenvolvimento econômico regional e eficiência logística para o mercado brasileiro.

A Missão – desenvolver, gerir e operar o porto indústria de maneira competitiva, eficiente, segura e sustentável.



PROJETO SE ESPELHA EM PORTOS MODERNOS

11/11/2013

4

O Projeto se espelha em Portos modernos.

Trouxe umas fotografias do Porto de Rotterdam na Holanda.

Para aqueles que não são familiarizados com portos, vemos aqui alguns navios atracados.

Vemos também alguns exemplos de tanques de petróleo que lá existem.



Aqui outra foto de um navio de contêineres. Esses navios transportam mercadorias entre os países.

Contêineres na verdade, são caixas onde colocamos mercadorias, remédios, roupas, tecidos, café e manda de um país para outro através desses grandes navios.



O nosso Projeto também prevê uma boa relação Porto-Cidade.



Vamos levar em consideração a manutenção da qualidade de vida dos moradores do entorno do empreendimento.



Qual é o papel de um Porto?

Atender eficientemente aos navios e os donos das cargas.

Do lado esquerdo temos um navio de contêineres, esse navio tem quase 400 metros de comprimento, 4 campos de futebol, para os senhores terem uma ideia; 56 metros de largura, é uma grande embarcação.

Do lado direito mostro outro navio, esse navio graneleiro, atualmente opera no Brasil, através dos Portos da VALE, levando minério de Tubarão e de Ponta da Madeira para a China e para o Oriente Médio, também é um navio gigantesco, tem 365 metros de comprimento, 65 metros de largura, é um navio muito grande como os senhores podem ver na fotografia.

Slide 9: POR QUE ATENDER A GRANDES NAVIOS? (PORTO CENTRAL logo)

Quanto maior é o tamanho do navio:

- Menor é o custo operacional em relação ao peso da carga transportada;
- Menor é o custo do frete.

↓

As empresas donas dos navios preferem operar com grandes navios:

- Aumentam seus lucros;
- Reduzem os custos dos fretes para os clientes donos das cargas.

11-11-2013 9

E por que atender a grandes navios? Quanto maior é o tamanho do navio menor é o custo operacional em relação ao peso da carga transportada; menor é o custo do frete das mercadorias.

As empresas donas dos navios, os armadores preferem operar com grandes navios porque aumentam seus lucros e reduzem os custos dos fretes para os clientes donos das cargas.

Slide 10: No Porto de Vitória o canal de acesso e a bacia de evolução não permitem manobras de navios de grande porte. (PORTO CENTRAL logo)

No Porto de Vitória o canal de acesso e a bacia de evolução não permitem manobras de navios de grande porte.

10

No Porto de Vitória o canal de acesso e a bacia de evolução não permitem manobras de navios de grande porte.

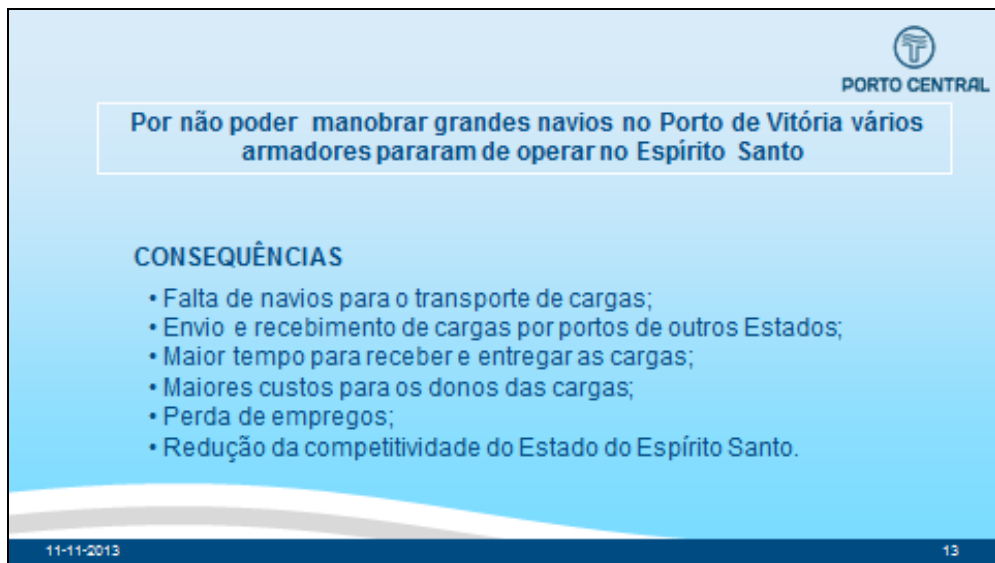
Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.



O canal é muito estreito, sinuoso e, quando chega à Avenida Beira Mar, de um lado está a Avenida Beira Mar, do outro está o Porto de Capuaba e há uma limitação no tamanho dos navios.



Só podemos manobrar navios no porto com 242 metros.



PORTO CENTRAL

Por não poder manobrar grandes navios no Porto de Vitória vários armadores pararam de operar no Espírito Santo

CONSEQUÊNCIAS

- Falta de navios para o transporte de cargas;
- Envio e recebimento de cargas por portos de outros Estados;
- Maior tempo para receber e entregar as cargas;
- Maiores custos para os donos das cargas;
- Perda de empregos;
- Redução da competitividade do Estado do Espírito Santo.

11-11-2013 13

Por não poder manobrar grandes navios no Porto de Vitória, vários armadores pararam de operar no Estado do Espírito Santo.

Falta de navios para o transporte de cargas;

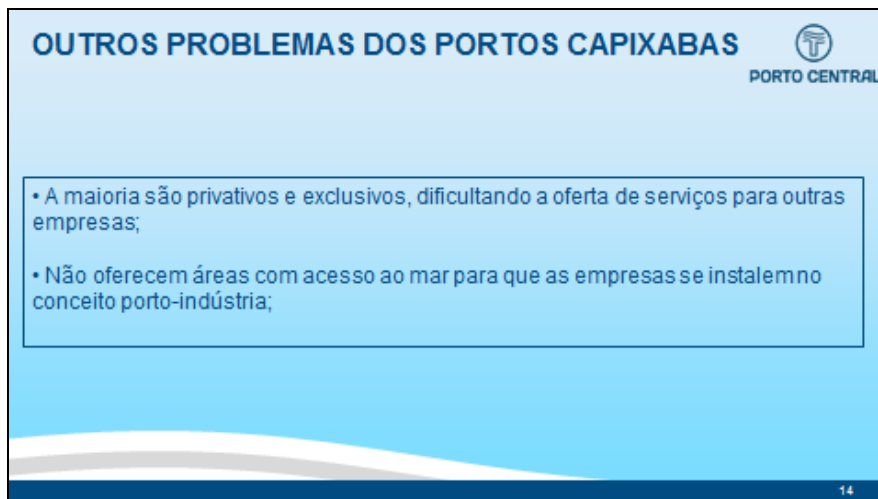
Envio e recebimento de cargas por portos de outros Estados; muitas cargas do Espírito Santo hoje, saem pelos Portos do Rio de Janeiro, pelos Portos de São Paulo ou entram primeiro pelo Porto de Santos ou do Rio de Janeiro e, depois vem para o Espírito Santo.

Maior tempo para receber e entregar as cargas;

Maiores custos para os donos das cargas;

Perda de empregos;

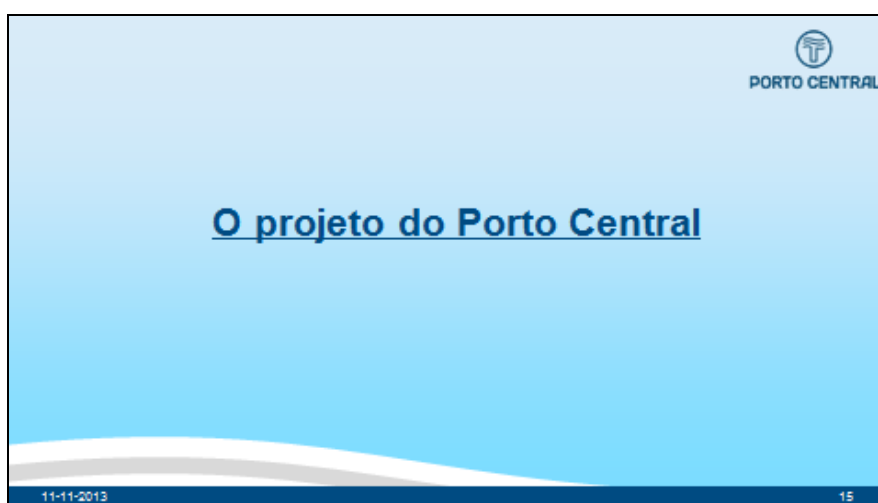
Redução da competitividade do Estado do Espírito Santo.



Outros problemas dos Portos Capixabas. A maioria são privativos e exclusivos, dificultando a oferta de serviços para outras empresas; é o caso da VALE, da SAMARCO, da ARACRUZ, têm seus Portos e operam suas cargas e não oferecem serviços para terceiros.

Outro ponto problemático dos Portos Capixabas é que não oferecem áreas com acesso ao mar para que as empresas se instalem no conceito porto-indústria.

Se uma empresa chegar e quiser fazer uma obra ou instalar uma indústria próxima a um Porto, no Estado do Espírito Santo é muito difícil, porque não há oferta das áreas para as indústrias.



Vou falar um pouco do nosso Projeto – Porto Central.

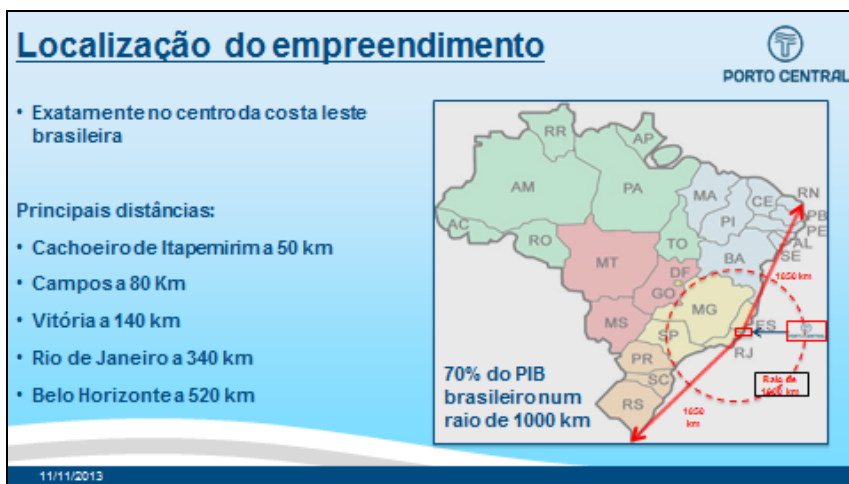


Localizado no sul do Estado do Espírito Santo, no município de Presidente Kennedy, aqui na divisa com o Estado do Rio de Janeiro.



Aqui é uma foto da área onde pretendemos instalar o empreendimento.

Essa área já foi escolhida pelo Governo Federal, pela ANTAQ, que é uma Agência do Governo Federal, como sendo uma área adequada para instalação de Portos.



Estamos exatamente no meio da costa leste brasileira. Num raio de 1000 km de distância do empreendimento é gerada 70% da riqueza do Brasil.

Estamos a 520 km de Belo Horizonte, 340 km do Rio de Janeiro, a 140 km de Vitória, pertinho de Cachoeiro de Itapemirim, a 50 km.



Coloquei aqui o nosso projeto sobreposto a uma imagem do Google, para que os senhores possam ter uma melhor ideia da área que vamos ocupar.



Conceito do nosso Projeto.

O nosso Projeto vai ser um Complexo portuário industrial privado de multipropósito.

Multi propósito significa que vamos operar vários tipos de cargas, vamos operar minério de ferro, vamos operar carvão, vamos operar carga geral, contêiner, teremos área para estaleiros, para indústria metal mecânica.

Estaremos localizados num distrito industrial criado pela Prefeitura de Presidente Kennedy, de 6.800 hectares, o município tem muito espaço e pode atrair muitos outros empreendimentos nesse distrito industrial.

O nosso Projeto também permitirá a integração entre empresas gerando eficiência operacional. Pode produzir parte em uma empresa, fornecer para outra que monta, que vai carregar num dos berços do nosso complexo portuário.

Seremos mais atrativos para os clientes, porque teremos condições de oferecer menores preços para os nossos clientes.

O nosso Projeto prevê o seguinte, vamos construir a infraestrutura e alugar a área para que as empresas que queiram operar possam fazer a superestrutura e fazer a operação.



Tenho aqui uma foto gerada em computador a partir do nosso Projeto conceitual, que mostra uma bacia de evolução de 800 metros de diâmetro, essa bacia é capaz de receber os grandes contêineiros, os grandes navios que operam hoje no mundo.

Nessa primeira bacia abrigada que vai ser criada pela construção de dois quebra-mares, um do lado norte e outro do lado sul, para criar uma bacia abrigada, teremos uma profundidade de 25 metros, onde poderemos atracar os grandes navios, mais internamente teremos uma profundidade de 16 metros, mais ao fundo 10 metros. O canal que vai ser dragado em terra vai ter 300 metros de largura.

E, podemos ver as varias atividades, carvão, minério, a parte de tancagem, vamos ter base também para apoio a exploração de petróleo. Poderemos receber plataformas também para inspeção.

Teremos uma capacidade de movimentar até 220 milhões de toneladas e o nosso Projeto vai ocupar uma área de 2.000 hectares.



Vamos atender a vários segmentos. No segmento de óleo e gás, uma vez que estamos muito próximos da bacia de Campos e da bacia petrolífera do Espírito Santo, vamos poder atender base de apoio.



São embarcações que vão atracar nos nossos berços e vão levar suprimentos para as bases das bacias de Campos e do Espírito Santo, vão levar água, diesel, tubos, alimentos, equipamentos, peças.

E também vamos poder trazer plataformas e embarcações para sofrerem manutenção também na área do complexo. Na área de graneis líquidos, vamos ter área para tancagem, vamos poder receber o navio que é produzido nos campos petrolíferos, estocar, fazer grandes volumes, colocar esses volumes em grandes embarcações e, mandar, por exemplo, para a China, para mercados distantes, onde o frete é mais barato quando se usa navios de grande porte. Teremos gasolina, óleo.

E na parte de estaleiro, vamos ter espaço também, como falei, para receber essas grandes indústrias como estaleiro, a indústria metalmeccânica e, vamos produzir embarcações, plataformas e vamos também operar com cargas de grande porte de maneira geral.



Olhando esse mapa, vemos essa parte em amarelo, além do Estado do Espírito Santo, Rio de Janeiro, tem os Estados que ficam no interior e, esses Estados demandam cada vez mais por logística. Todos têm visto na mídia que os Portos de Santos, o Porto do Rio de Janeiro, Paranaguá, filas intermináveis de caminhão. O Brasil perdendo a competitividade porque não tem jeito de escoar a sua produção.

Então, os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais certamente serão muito beneficiados com esse empreendimento, Porto Central.



Vamos atender granéis sólidos agrícolas como soja, milho, açúcar e também vamos mandar fertilizantes, o Brasil é um grande importador de fertilizantes e, então, vamos receber os fertilizantes e enviar para os Estados produtores de grãos na Interlândia.

Atenderemos também a parte de carga geral, contêineres, onde teremos as cargas como granito e mármore produzidos no Espírito Santo, o café. O nosso café hoje está saindo pelo Rio de Janeiro, vai passar a sair pelo nosso Terminal.

E vamos também atender a parte de minério de ferro, que vem de Minas Gerais, pois vamos criar mais um corredor logístico para o Brasil.



No que diz respeito aos acessos, teremos acessos rodoviários.

Teremos três acessos rodoviários:

A ES 162, que é atual ligação da sede de Presidente Kennedy com a BR 101. Ela vai ser revitalizada, haverá um contorno da cidade de Presidente Kennedy ligando o Porto Central a BR 101.

A ES 060 vai sofrer uma correção de traçado, devido a algumas interferências com o nosso Projeto.

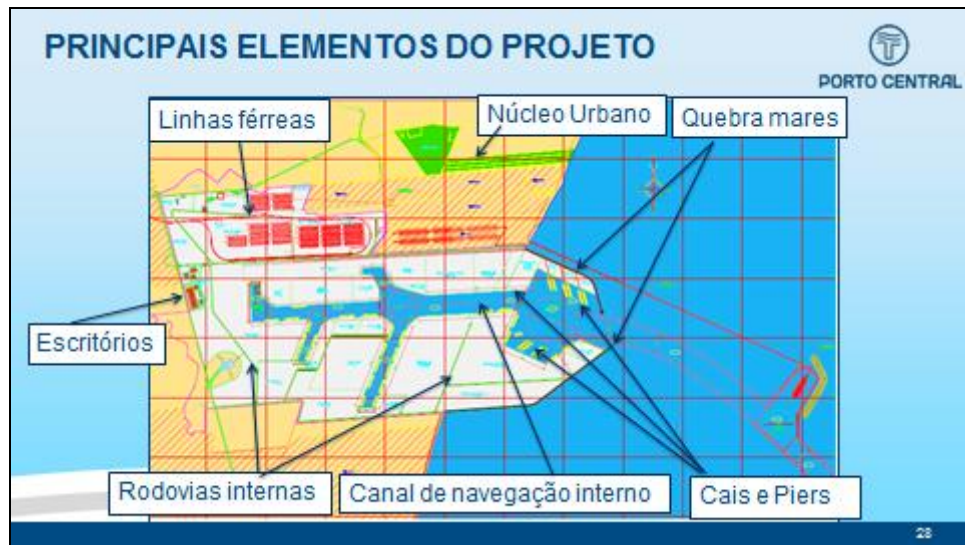
A ES 297, construção de uma nova Rodovia ligando o Porto Central à BR 101 próximo a divisa RJ/ES.



O que diz respeito aos acessos interestaduais tanto rodoviário, quanto ferroviário, teremos a ligação norte/sul será feita pela BR 101; leste/oeste BR 262.

Quanto aos acessos ferroviários, teremos a EF-118, que é uma ferrovia que o Governo Federal acabou de anunciar, que será construída ligando o Rio de Janeiro a Vitória e, haverá um ramal que chegará ao Porto Central.

E tem outra ferrovia muito importante, que é a ferrovia que vai trazer carga do Mato Grosso, de Goiás, de Minas Gerais para o Porto Central, que é a EF 354, que também consta no programa do Governo Federal.

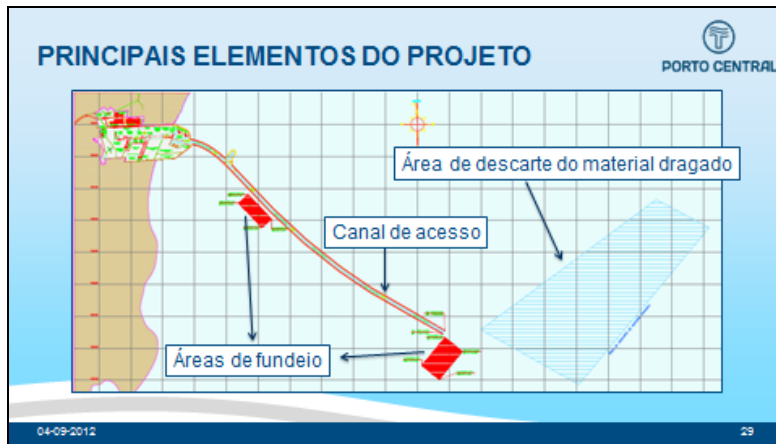


Vou falar um pouco dos principais elementos do nosso Projeto.

O nosso Projeto constará de escritórios administrativos, rodovias internas, o canal de navegação interno, esse canal de navegação interno que vai ser dragado em terra vai ter 5 km de comprimento, 300 metros de largura, no seu início a profundidade é de 16m e mais ao fundo de 10 metros.

Teremos cais e píers para atracação dos navios, teremos os quebra-mares que vão criar a bacia abrigada, que é necessária para fazer as manobras dos navios.

Teremos um núcleo urbano e as linhas férreas internas para trazer os granéis para o nosso Porto.



Teremos ainda o canal de acesso, uma área de descarte do material dragado e as áreas de fundeio. Essas áreas em vermelho, são as áreas onde os navios, quando chegarem próximo ao Porto vão ficar esperando a sua hora de entrar para que sejam descarregados.



Volto aqui com aquela sobreposição da imagem do Projeto sobre o Google, para falar um pouco da Igreja de Nossa Senhora das Neves, que é um importante monumento, que fica próximo ao empreendimento.



Na verdade ela vai ficar fora do empreendimento, já tivemos algumas reuniões com a Diocese tratando desse assunto, já fizemos uma proposição de fazer um projeto urbanístico, criar um cinturão verde, área de estacionamento, melhorar os acessos de uma maneira geral, ampliar a área que hoje a igreja ocupa e, esse assunto vem sendo muito bem encaminhado com a Diocese.



Tenho aqui algumas fotos com exemplo das obras que faremos.

Tenho aqui a obra de um quebra-mar sendo feito, quando falei que vamos fazer aqueles dois braços, que vão proteger os navios, criar a bacia abrigada é exatamente com essas rochas que faremos essa proteção.



Outra foto mostrando uma draga, fazendo dragagem, uma área de um cais sendo construído.

É muito parecido com o que vamos fazer, com o que o nosso projeto contempla.

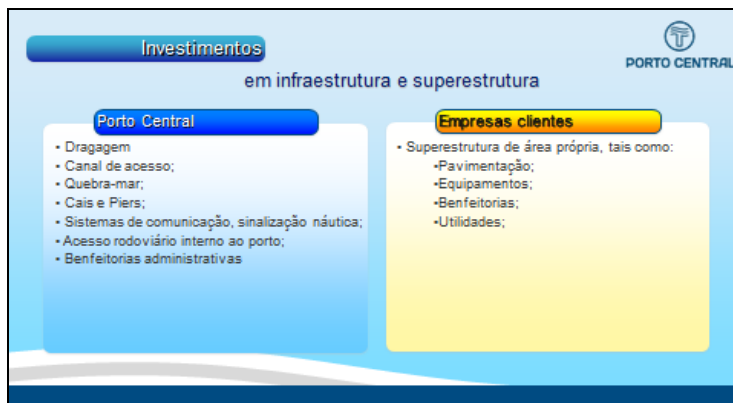


Modelo de negócio.

Estamos fazendo um modelo de negócio baseado nas práticas do Porto de Rotterdam, onde eles normalmente disponibilizam a seus clientes a infraestrutura e a superestrutura fica a cargo dos seus clientes.

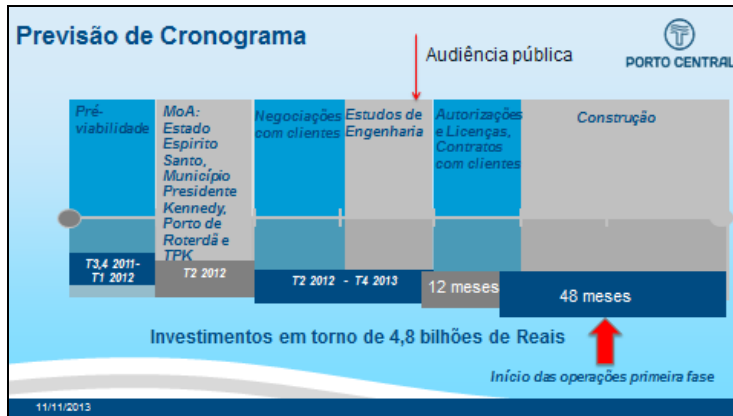
No caso a parte azul será a nossa parte e a parte em amarelo é a parte dos clientes.

Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.



Então, o Porto Central vai fazer a dragagem, canal de acesso, quebra-mar, cais e píers, sistemas de comunicação, sinalização náutica, acesso rodoviário interno ao porto e as benfeitorias administrativas.

E caberá aos clientes, fazer a parte de pavimentação, aquisição dos equipamentos, as benfeitorias, utilidades e tudo mais necessário para suas operações.



Temos aqui uma previsão de cronograma.

A partir de hoje, da Audiência Pública, temos a expectativa de em 12 meses conseguirmos todas as Licenças para o empreendimento.

A partir daí teremos 48 meses de obras, imaginamos que no segundo ano, já será possível começar a operação da primeira fase do projeto, portanto, daqui a três anos.

Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 4,8 bilhões.

Principais Benefícios do Porto Central

- Geração de até 4.700 empregos na fase de implantação;
- Geração de empregos permanentes na fase de operação;
- Oferta de infraestrutura logística ao país;
- Criação de mais um corredor logístico de classe mundial;
- Aumento da competitividade do Brasil;

Resgate da importância logística do Espírito Santo

PORTO CENTRAL

38

Os principais benefícios do Porto Central serão os seguintes:

Geração de até 4.700 empregos na fase de implantação;

Geração de empregos permanentes na fase de operação;

Oferta de infraestrutura logística ao país;

Criação de mais um corredor logístico de classe mundial para o Brasil;

Aumento da competitividade brasileira, redução do custo Brasil.

E o resgate da importância logística do Espírito Santo.

Os senhores se lembram que falei que os armadores estão deixando de vir ao Espírito Santo devido ao problema de tamanho dos navios, com o Porto Central os grandes navios poderão frequentar os nossos Portos novamente.

Benefícios regionais do Porto Central

• Dinamização da economia da região do entorno do projeto

- Oportunidades de negócios em hotéis, pousadas, supermercados, lanchonetes, farmácias, restaurantes, salões de beleza, lojas de roupas, materiais de construção;
- Preferência pela contratação de serviços nos municípios da área de influência;
- Cursos de capacitação e qualificação de mão de obra nos municípios da região;
- Aumento da arrecadação de impostos pelos municípios do entorno;
- Priorização na contratação de mão de obra nos municípios da área de influência.

Melhoria de qualidade de vida da população

39

Os benefícios regionais do Porto Central:

Dinamização da economia da região do entorno do projeto.

Oportunidades de negócios em hotéis, pousadas, supermercados, lanchonetes, farmácias, restaurantes, salões de beleza, lojas de roupas, materiais de construção;

Preferência pela contratação de serviços nos municípios da área de influência;

Cursos de capacitação e qualificação de mão de obra nos municípios da região;

Aumento da arrecadação de impostos pelos municípios do entorno;

Priorização na contratação de mão de obra nos municípios da área de influência.

Levando a uma melhoria da qualidade de vida da população.

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**

35



Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE – (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) –

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Wander Cerutti, representante da Consultora Econservation Estudos e Projetos Ambientais Ltda., para a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental do Porto Central.



O SR. PAULO WANDER CERUTTI – (CONSULTOR) – Boa-noite a todos. Meu nome é Paulo Wander Cerutti, sou Diretor da Empresa, que foi a responsável pela elaboração do Estudo de Impacto Ambiental.

Quem elaborou?

- > Empresa: ECONSERVATION ESTUDOS E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA.
- > Equipe Técnica Multidisciplinar formada por 27 profissionais;

<ul style="list-style-type: none">> Advogado> Arqueólogo> Biólogos> Economista> Socióloga> Geógrafo	<ul style="list-style-type: none">> Engenheiros> Geólogo> Oceanógrafos> Técnicos especializados> Historiadora> Turismólogo
--	---

2 www.econservation.com.br

O nome da Empresa responsável pela elaboração desse Estudo de Impacto Ambiental é a Econservation Estudos e Projetos Ambientais Ltda., uma empresa capixaba sediada no município de Vitória e que já possui bastante experiência, tem um quadro técnico com bastante experiência em Estudos de Impacto Ambiental e de empreendimentos portuários, principalmente.

A equipe responsável pela elaboração do estudo que atuou, foi uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais de formações acadêmicas diversas, composta por Advogados, Arqueólogos, Biólogos, Economistas, Sociólogos, Geógrafos, enfim, Engenheiros, como podem ver, uma equipe composta por 27 profissionais, se considerarmos os profissionais, especialistas principais que atuaram no projeto.



Estudo de Impacto Ambiental

EIA - Estudo de Impacto Ambiental
do Porto Central em Presidente Kennedy/ES

O que é?

É um Estudo que analisa os aspectos e impactos ambientais relacionados à localização, instalação e operação de um empreendimento e é apresentado ao órgão ambiental como subsídio para a deliberação sobre as licenças ambientais requeridas.

Diretrizes de Elaboração:

- Legislação Pertinente
- Termo de Referência emitido pelo IBAMA

3 www.econservation.com.br

O que é afinal o Estudo de Impacto Ambiental?

É um Estudo que analisa os aspectos e impactos ambientais relacionados à localização, instalação e operação de um empreendimento e é apresentado ao órgão ambiental, no nosso caso o IBAMA, como subsídio para a decisão do Órgão Ambiental quanto a concessão das licenças ambientais requeridas pelo empreendedor.

Esse Estudo se fundamenta basicamente na Legislação vigente e no Termo de Referência emitido pelo Órgão Ambiental, nesse caso o IBAMA. Esse Termo de Referência é uma especificação técnica que norteia o Estudo e que traça diretrizes mínimas de abrangência desse estudo, ou seja, o conteúdo mínimo do Estudo de Impacto Ambiental.



Como é feito o Estudo de Impacto Ambiental?

Mostramos aqui uma estrutura básica, um fluxograma mais ou menos, de uma maneira bem macro, basicamente como é formado.

Seleção da alternativa locacional e tecnológica, ou seja, o estudo não parte do princípio que é um determinado empreendimento localizar-se-á naquela região já predefinida. É feito um estudo preliminar para a escolha dessa melhor alternativa.

Feito isso, são definidas as áreas de influência desse empreendimento, ou seja, aquelas áreas que poderão ser impactadas seja negativamente, seja através de impactos positivos advindos da implantação e operação daquele empreendimento.

Depois partimos para o diagnóstico ambiental, que é a parte do estudo que analisa, verifica o cenário atual, ou seja, a fotografia ambiental atual daquela área onde será implantado o empreendimento propriamente

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**



dito e, as áreas de influência, que não é somente a área localizada do empreendimento.

Depois são identificados e avaliados os possíveis impactos ambientais. Os impactos podem ser efetivos ou podem apenas potenciais. Essa análise dos impactos ambientais é que vai traçar um prognóstico, ou seja, uma situação futura daquela área pós implantação e durante a operação do empreendimento.

Identificados os impactos, são propostas medidas que visam minimizar os impactos de natureza negativa e potencializar, ou seja, melhorar a performance daqueles impactos de natureza positiva.

Alternativas Locacionais

ETAPAS

1. Foram estudadas três alternativas locacionais, todas consideradas como áreas favoráveis à implantação de portos, segundo a ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários;
2. Fatores decisivos para o critério de escolha de Presidente Kennedy:
 - a) Disponibilidade de Área;
 - b) Disponibilidade de Malha Viária;
 - c) Disponibilidade de Água;
 - d) Baixa Interferência em Áreas Produtivas e Núcleos Populacionais;
 - e) Volume Intermediário de Dragagem em Relação as demais Áreas Estudadas;
 - f) Interferência Média sobre a Atividade Pesqueira em Relação as demais Áreas Estudadas.
 - g) Maior Proximidade com os Campos de Produção de Petróleo e Gás (Bacias de Campos e do Espírito Santo).



5 www.econservation.com.br

A questão da alternativa locacional foram analisadas três alternativas, vale ressaltar que todas as três alternativas analisadas foram consideradas nas áreas favoráveis a implantação de Portos, segundo a ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Tem um trabalho, um estudo que a ANTAQ define ao longo da costa brasileira, as áreas potencialmente adequadas para implantação de Portos. As três alternativas, as quais iremos mencionar, todas três estão inseridas dentro dessas áreas. Então, estudou-se uma área em Linhares, uma área em Anchieta e essa que foi a selecionada, aqui em Presidente Kennedy.

Quais foram os fatores decisivos para o critério de escolha de Presidente Kennedy: Disponibilidade de Área.

O empreendimento dada a sua configuração, a sua tipologia requer uma área bastante ampla, para realmente consolidar todas as suas atividades bastante diversificadas como foram mostradas aqui.

Disponibilidade de Malha Viária.

Anchieta, ela não só atualmente, como futuramente, principalmente, ela desponta como uma área que será bastante atendida do ponto de vista sistema viário, seja rodoviário, seja ferroviário.

Disponibilidade de água.

A água é de vital importância para implantação e operação desse empreendimento, e temos aqui o Rio Itabapoana, inclusive, já concedida a outorga para o empreendimento do uso da água do Rio Itabapoana, o que não aparece nas outras áreas.

A de Linhares, você pode pensar no Rio Doce, o Rio Doce está a mais de 30 Km dessa área que foi estudada.

Anchieta tem o Rio Benevente, mas todos sabemos que o rio já está saturado pelos usos atuais, e já tem compromissos futuros com outros empreendimentos, como no caso a Companhia Siderúrgica Ubu, que já tem, inclusive, outorga, ou seja, já tem o compromisso de utilização de água do Rio Benevente.

Quanto ao volume de dragagem, que é outro fator muito importante, não só do ponto de vista econômico, mas, principalmente ambiental, no caso de Presidente Kennedy, a dragagem certamente terá um volume superior a área de Anchieta, mas ele é bem inferior a área de Linhares, caso aquela fosse selecionada.

A questão da interferência sobre a atividade pesqueira. Observa-se uma interferência mais ou menos, da mesma magnitude com a região de Linhares, mas uma interferência bem mais agravante, quando se considera a região de Anchieta.

E, por fim, uma questão que, realmente, tem muito a ver com a questão da viabilidade econômica, e o bom desempenho futuro, na fase de operação do empreendimento que é a sua proximidade com os campos de petróleo e gás das bacias de Campos e do Espírito Santo.



Nosso empreendimento, como já foi dito, se localiza, a nível nacional, no Espírito Santo, a nível regional, no extremo sul do Espírito Santo, próximo da divisa do Espírito Santo com o Estado do Rio de Janeiro, e, mais precisamente, entre as praias de Marobá e a Praia das Neves.

Áreas de Influência

Área diretamente afetada (ADA): área que sofrerá intervenções diretas em função das atividades de implantação e operação do empreendimento, considerando as alterações físicas, biológicas, socioeconômicas e as particularidades da atividade.

Área de influência direta (AID): área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. A sua delimitação deverá ser em função das características sociais, econômicas, físicas e biológicas dos sistemas a serem estudados.

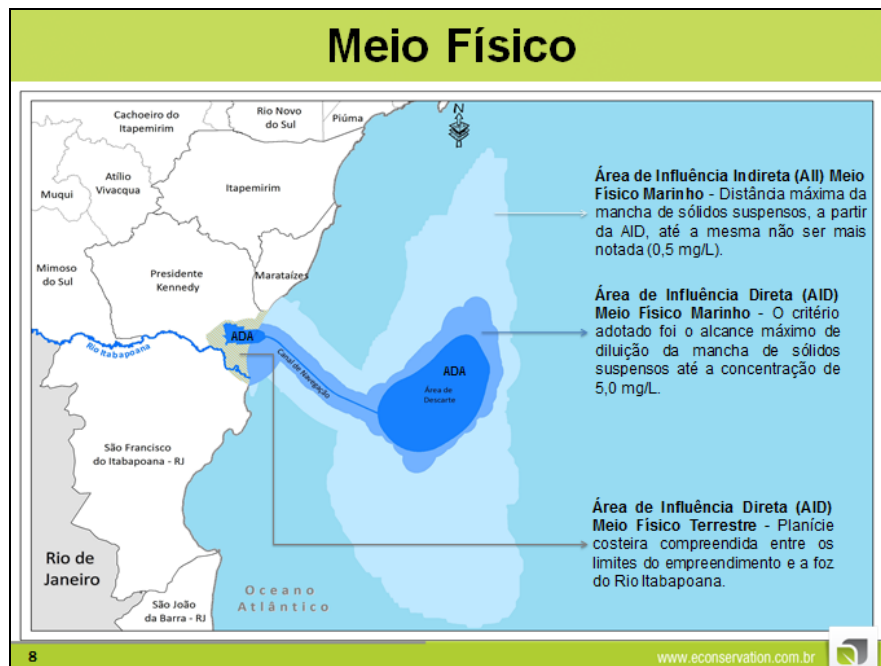
Área de influência indireta (AII): área sujeita aos impactos indiretos da implantação e operação do empreendimento, abrangendo os ecossistemas e o sistema socioeconômico que podem ser impactados por alterações ocorridas na área de influência direta.

7 www.econservation.com.br

Quanto às áreas de influência, elas subdividem em três categorias; a Área Diretamente Afetada, chamada simplificada de ADA, que é aquela área onde ocorrerão as intervenções físicas do empreendimento durante a sua fase de implantação, ou seja, onde fato ocorrerão as obras de implantação.

A Área de Influência Direta - AID é aquela área sujeita aos impactos diretos da implantação e operação do empreendimento. Ela é delimitada, levando-se em consideração todos os fatores ambientais; os impactos sobre os recursos naturais e sobre o meio socioeconômico.

E, por fim, a Área de Influência Indireta - AII, que também leva em consideração todos esses fatores ambientais, mas, normalmente, e sobretudo ela se relaciona mais sobre com os aspectos socioeconômicos.



O Diagnóstico Ambiental estuda três Meios, ou seja, três compartimentos ambientais; o Meio Físico, que é aquele meio que diz respeito a água, ao ar, ao solo, e a geologia local, a geomorfologia, que é o relevo da região.

E Meio Biológico que vocês verão a seguir, é o meio que estuda a Fauna e a Flora. E, por fim, o Meio Socioeconômico.

Então, são três meios abordados pelo estudo.

O Meio Físico, por se tratar de um empreendimento portuário, ele ainda se subdivide em Meio Físico Marinho e no Meio Físico Terrestre.

No Meio Físico Marinho, foi considerada com Área de Influência Direta, esta pluma, imediatamente depois da ADA. Aqui temos a área de bota-fora da dragagem, e aqui a Área Diretamente Afetada, e foi considerada essa área que poderá conter uma concentração de sólidos de até 5mm/l, ou seja, essa concentração está, inclusive, abaixo das concentrações de sódio hoje existente no ambiente marinho, local.

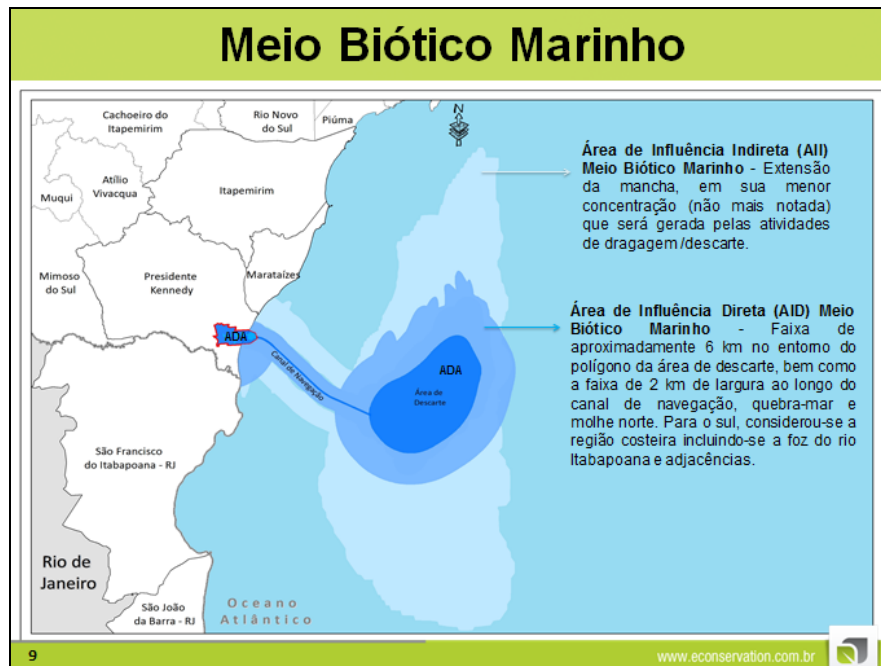
Como é que são definidas essas áreas?

Elas são definidas através de uma técnica de modelagem matemática, que é uma técnica moderna, uma técnica com uma eficiência bem próxima do real, e você simula, o que acontecerá com aquela pluma de dragagem ou da área do bota-fora. **(Pausa)**

Então voltando à apresentação.

Temos aqui a pluma, considerada para Área de Influência Indireta - AII, que é uma pluma com um décimo da concentração que foi considerada para a Área de Influência Direta - AID, ou seja, ela não é nem perceptível no meio marinho.

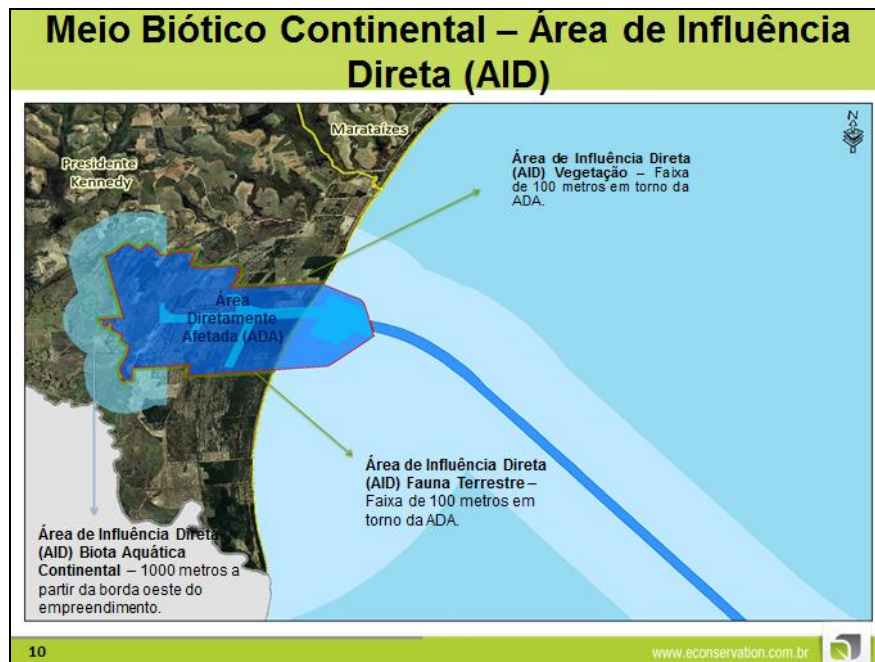
Por fim, temos a Área de Influência Direta - AID do Meio Físico Terrestre, que foi considerada essa planície costeira, situada a oeste do empreendimento, entre os limites do empreendimento e a foz do Rio Itabapoana.



Para o Meio Biótico Marinho, as considerações também basearam-se, praticamente, com base nas mesmas plumas determinadas para o meio físico.

Para a Área de Influência Direta - AID, o meio biótico marinho, que é o meio biológico, compreende uma faixa de aproximadamente 06 km, no entorno do polígono da área de descarte, bem como, a faixa de 02 km de largura, ao longo do canal de navegação, do quebra-mar, do molhe norte.

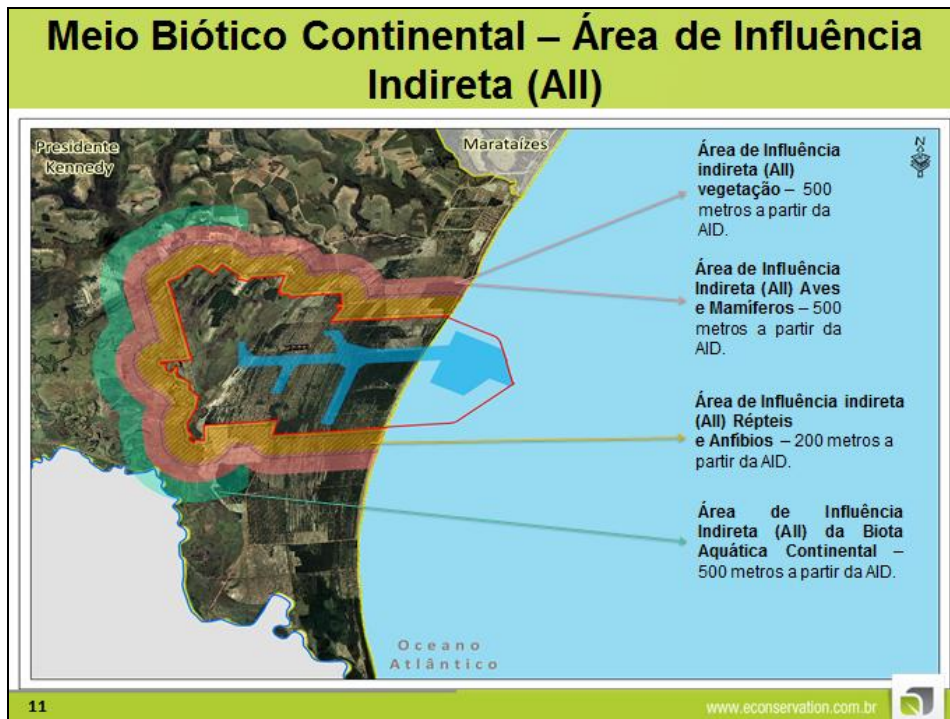
Para o sul, considerou-se a região costeira, incluindo-se a foz do Rio Itabapoana e adjacências.



A parte continental, ou seja, a parte terrestre, foi considerada como Área de Influência Direta - AID, tanto para a Vegetação, quanto para a Fauna Terrestre, uma faixa de 100 metros em torno da ADA, ou seja, você tem a ADA, que é todo esse polígono, a Área Diretamente Afetada - ADA, e foi considerada uma faixa de 100 metros envolta desta área aqui.

Para a AII, foi considerada uma faixa de 100 metros envolta desta área aqui.

Como Área de Influência Direta do Meio Biótico, ou Meio Biológico Aquático, mas dentro da água doce, atrás onde temos uns alagados, foi considerado uma faixa de 1.000 metros, a partir da borda do empreendimento.



Continuando a falar do Meio Biótico Continental, temos aqui as Áreas de Influência Indireta - AII. Para Vegetação, considerou-se uma faixa de 500 metros, a partir da Área de Influência Direta - AID, ou seja, a partir daqueles 100 metros que acabamos de mencionar.

Para os animais, foram consideradas faixas diferenciadas, levando a natureza de cada grupo de animal.

Para aves e mamíferos, considerou-se 500 metros; para répteis e anfíbios, 200 metros, tudo isso a partir da Área de Influência Direta - AID.

E para a Biota Aquática Continental, mais 500 metros, além, da Área de Influência Direta - AID.



Quanto ao Meio Socioeconômico, considerou-se como Área de Influência Direta - AID do empreendimento, os três municípios mais próximos, ou seja, Presidente Kennedy, que é o município que vai sediar o empreendimento; o município de Marataízes, esses dois primeiros no Estado do Espírito Santo, e o município de São Francisco do Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro.

Como Área de Influência Direta - AID, considerou-se Cachoeiro do Itapemirim, o município de Itapemirim, ambos no Espírito Santo, e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

Por quê esses três municípios? Porque são os três municípios que possuem maior estrutura, e que poderão contribuir com o fornecimento de serviços, fornecimento de mão de obra também.



A Pesca também está inserida dentro do Meio Socioeconômico, mas por ser um segmento importantíssimo, dentro do contexto deste empreendimento, ele foi abordado separadamente.

Foi considerado como Área de Influência Direta - AID da Pesca, as sete comunidades pesqueiras presentes nos três municípios da Área de Influência Direta. Temos aqui Marataízes, que tem cinco comunidades pesqueira; Presidente Kennedy com uma comunidade e São Francisco de Itabapoana com uma comunidade pesqueira.

Para a Área de Influência Indireta - AII, foram considerados não só as comunidades, mas os três municípios que contém as comunidades pesqueiras.

Definidas as áreas de influência, partiu-se, então, para o Diagnóstico Ambiental, que é o cenário atual da região.

Diagnóstico

Meio Físico - Recursos Hídricos

Situação Atual

- Áreas sujeitas a inundações periódicas por enchentes devido às cheias do Rio Itabapoana;
- Ambiente marinho livre de contaminação química e com boa qualidade ambiental;
- Baixa qualidade da água dos córregos, lagoas e poços;



14 www.econservation.com.br

Para o Meio Físico relativo aos recursos hídricos, que é o assunto relacionado à água; qual foi o cenário encontrado? Verificou-se que a área de estudo são áreas sujeitas a inundações periódicas, por enchentes, devido às cheias do Rio Itabapoana.

O ambiente marinho, hoje, é livre de contaminação química e com boa qualidade ambiental, e verificou-se uma baixa qualidade de água nos córregos, lagoas e poços da região.

Quais os possíveis impactos que poderão surgir com a implantação e operação do empreendimento em cima desses recursos hídricos? A alteração da qualidade e da quantidade das águas superficiais e subterrâneas; alteração na qualidade da água marinha. Então, como falamos, a equipe identificou os impactos e propôs as medidas mitigadoras ou potencializadoras para esses impactos.

Neste caso, propõe-se as seguintes medidas: Implantação de sistema de drenagem, visando reduzir os processos erosivos, ou seja, a erosão do

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**

71

solo, evitando o assoreamento dos cursos d'água; realização de lavagem e manutenção de veículos, em postos devidamente adequados para tais serviços; evitando o lançamento de efluentes contaminados aleatoriamente.

Garantir o funcionamento eficaz dos sistemas de tratamento de efluentes sanitários, os esgotos sanitários e industriais, e das águas de drenagem, o sistema de drenagem da água de chuva.

Implementação de estratégia para reuso da água; campanhas de conscientização a respeito da importância da água e do seu uso adequado, evitando-se desperdício e contaminação; fiscalização e monitoramento das atividades de dragagem, evitando-se possíveis transbordamentos do material dragado fora da área de descarte, ou seja, naquele trajeto onde é feita a dragagem até a área do bota-fora ou área de descarte.

Impactos Medidas e Programas

Meio Físico - Recursos Hídricos

Impactos Potenciais	<ul style="list-style-type: none">➢ Alteração quali-quantitativa das águas superficiais e subterrâneas;➢ Alterações na qualidade de água marinha.
Medidas	<ul style="list-style-type: none">➢ Implantação de sistemas de drenagem visando reduzir processos erosivos/assoreamentos;➢ Realização de lavagem e manutenção de veículos em postos devidamente adequados para tais serviços;➢ Garantir o funcionamento eficaz dos sistemas de tratamento de efluentes sanitários e industriais e de águas de drenagem pluvial;➢ Implementação de estratégias para reuso da água;➢ Campanhas de conscientização a respeito da importância da água e do seu uso adequado;➢ Fiscalização e monitoramento das atividades de dragagem evitando-se possíveis transbordamentos do material dragado, fora da área de descarte.
Programas	<ul style="list-style-type: none">➢ Monitoramento das Águas Superficiais, Subterrâneas e Marinhas;➢ Monitoramento de Efluentes Líquidos;➢ Educação Ambiental para Trabalhadores.

15 www.econservation.com.br

Os Programas Ambientais propostos, que são aqueles programas que vão aferir, medir a eficácia dessas medidas são: Monitoramento das águas superficiais, subterrâneas e marinha - é um acompanhamento da qualidade, sistematicamente; Monitoramento dos efluentes líquidos; e, Educação Ambiental para os Trabalhadores.

Diagnóstico

Meio Físico – Solos, Geologia e Geomorfologia

Situação Atual

- Terreno plano com solos extremamente arenoso (>80% de areia);
- Solos com baixa capacidade de adsorção e pouca aptidão agrícola;
- Baixadas sujeitas a inundações e sedimentações face às cheias do Rio Itabapoana;
- Linha de costa (praias) extremamente dinâmica, sensíveis à mudanças naturais e por atividades antrópicas.



16 www.econservation.com.br

Quanto a questão dos solos, geologia, geomorfologia, variáveis também, dentro meio físico, o que se constatou: Terreno plano, com solos extremamente arenosos, solos com baixa capacidade de absorção e com pouca aptidão agrícola; baixadas sujeitas a inundações e sedimentações, face às cheias do Rio Itabapoana; e, uma linha de costa extremamente dinâmica, sensível a mudanças naturais, e por atividades antrópicas ou humanas.

Impactos Medidas e Programas

Meio Físico – Solos, Geologia e Geomorfologia

Impactos Potenciais	<ul style="list-style-type: none">➤ Processos Erosivos;➤ Alteração da paisagem;➤ Alteração na qualidade dos solos.
Medidas	<ul style="list-style-type: none">➤ Implantação de sistema de drenagem visando a redução de processos erosivos;➤ Revegetação de áreas expostas;➤ Implantação de cinturão verde para redução do impacto visual causado pela mudança de paisagem;➤ Manuseio adequado dos resíduos sólidos diversos, gerados pelo empreendimento, privilegiando a política de reuso dos mesmos.
Programas	<ul style="list-style-type: none">➤ Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS;➤ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

17 www.econservation.com.br

Os Impactos previstos, potenciais.

São o surgimento de processos erosivos; alteração da paisagem - nesse caso, já não é mais potencial, seria realmente um impacto efetivo, você vai escavar, vai construir, então, alteração a paisagem atual; e, alteração na qualidade dos solos.

As medidas propostas: Implantação de sistema de drenagem, visando a redução dos processos erosivos; revegetação de áreas expostas; implantação de um cinturão verde, para redução do impacto visual causado pela mudança da paisagem; e o manuseio adequado dos resíduos sólidos diversos, gerados pelo empreendimento, privilegiando a política de reuso, de reciclagem dos mesmos.

Os programas: Programa de gerenciamento de resíduos sólidos e o programa de recuperação das áreas degradadas.

Diagnóstico Meio Biótico - Flora

Situação Atual

- Área predominantemente composta por pastagem e vegetação arbustiva de restinga;
- Total de 289 espécies identificadas;
- 10 espécies ameaçadas de extinção;
- Áreas degradadas por ações humanas, principalmente por atividades agropecuárias.



18 www.econservation.com.br

Com referência a Flora, o cenário encontrado é o seguinte; trata-se de uma área composta, predominantemente, por pastagem e vegetação arbustiva de restinga; foram identificadas um total de 200 espécies, sendo que 10 delas ameaçadas de extinção. E, verificou-se também a presença de subáreas, dentro da área total já degradadas pela ação humana, principalmente, por atividade agropecuária.

Impactos Medidas e Programas

Meio Biótico - Flora

Impactos Potenciais	<ul style="list-style-type: none">> Perda de Cobertura Vegetal;> Aumento da Pressão Sobre os Recursos Florestais.
Medidas	<ul style="list-style-type: none">> Impedir supressões de vegetação além das áreas que sofrerão intervenção física direta;> Plantio compensatório da vegetação suprimida;> Educação ambiental com os trabalhadores, no sentido de orientá-los quanto aos danos ambientais decorrentes da coleta de material botânico, bem como sua degradação;
Programas	<ul style="list-style-type: none">> Programa de Resgate de Germoplasma (Sementes);> Programa de Plantio Compensatório devido à Supressão de Vegetação e Ocupação de APP;> Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD;> Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores – PEAT.

19 www.econservation.com.br

Quais os impactos potenciais sobre a Flora, sobre a Vegetação?

A perda de cobertura vegetal; aumento da pressão sobre os recursos florestais - isso ocorre pela presença de trabalhadores, enfim.

As medidas propostas: Evitar supressões de vegetação além daquelas que sofrerão intervenção pelo projeto; plantio compensatório da vegetação suprimida - isso é bom ressaltar, que qualquer vegetação suprimida na área será compensada de replantio, de reflorestamento; educação ambiental com os trabalhadores, no sentido de orientá-los quanto aos danos ambientais, decorrentes da coleta de material botânico, bem como, sua degradação.

Os programas para acompanhamento da eficácia dessas medidas são:

Programa de resgate de geomoplasma, que vem a ser sementes e mudas; programas de plantio compensatório devido a supressão de vegetação e de ocupação de áreas de preservação permanente; programa de recuperação de áreas degradadas; e programa de educação ambiental para trabalhadores.

Diagnóstico Meio Biótico - Fauna

Situação Atual

- 165 espécies de aves (2 ameaçadas de extinção);
- 20 espécies de anfíbios;
- 12 espécies de répteis;
- 23 espécies de mamíferos não voadores (1 ameaçada de extinção);
- 4 espécies de mamíferos voadores (morcegos);
- 14 espécies de peixes água doce;
- 55 espécies de peixes marinho.



20 www.econservation.com.br

Com referência a Fauna, a situação atual encontrada foi:

Identificação de 165 espécies de aves, sendo 02 ameaçadas de extinção; 20 espécies de anfíbios; 12 espécies de répteis; 23 espécies de mamíferos não voadores, sendo 01 ameaçado de extinção; 04 espécies de morcegos; 14 espécies de peixes de água doce, e 55 espécies de peixes marinhos.

Impactos Medidas e Programas

Meio Biótico - Fauna

Impactos Potenciais	<ul style="list-style-type: none">➢ Perda de habitats Naturais;➢ Perturbação, afugentamento e atropelamento de animais;➢ Aumento da pressão da caça e captura de animais.
Medidas	<ul style="list-style-type: none">➢ Realização do manejo (resgate e soltura) durante os processos de supressão de vegetação - fase de implantação;➢ Educação Ambiental, para trabalhadores e comunidades do entorno, quanto à proteção da fauna local;➢ Emprego de placas e redutores de velocidade ao longo das vias de acesso, minimizando os riscos de atropelamentos de animais.
Programas	<ul style="list-style-type: none">➢ Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre;➢ Programa de Resgate da Fauna;➢ Programas de Educação Ambiental para Trabalhadores (PEAT) e comunidades do entorno.

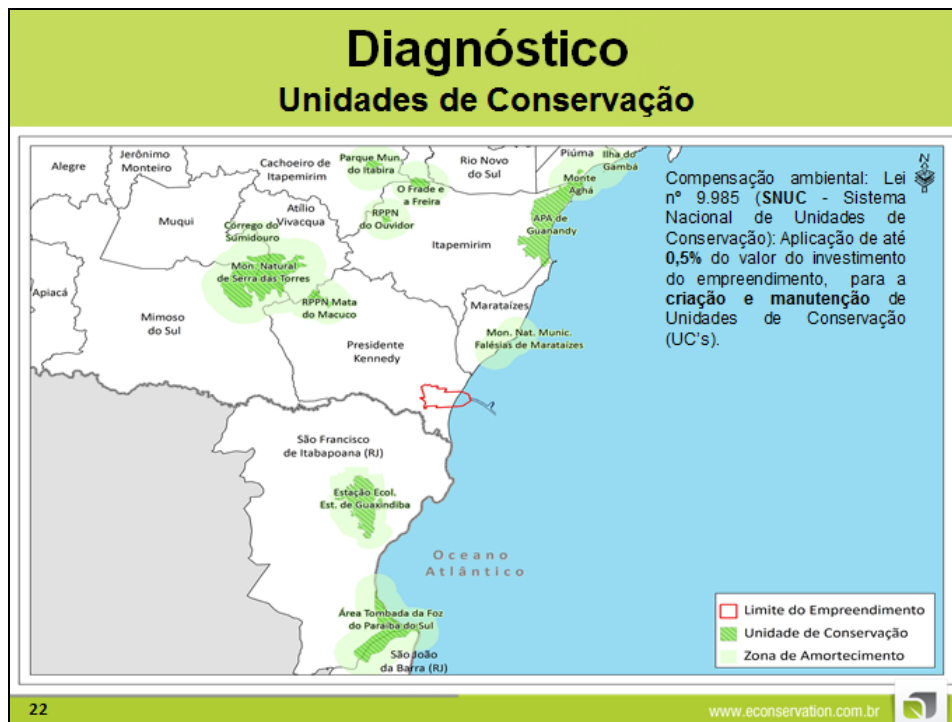
21 www.econservation.com.br

Os impactos potenciais sobre a Fauna:

Perda de habitats natural - ou seja do local onde vivem, onde procriam, com a supressão de vegetação isso será inevitável. Perturbação, afugentamento e atropelamento de animais; aumento da pressão da caça e da captura de animais - como viram na vegetação, isso ocorre também na Fauna.

Quais as medidas ora propostas? Realização do manejo, que vem a ser o resgate dos animais e a soltura dos mesmos em outras áreas, durante os processos de supressão de vegetação; educação ambiental para os trabalhadores de comunidades do entorno, quanto à proteção da fauna local; emprego de placas e de redutores de velocidades ao longo das vias de acesso, minimizando os riscos de atropelamento de animais.

Os programas propostos são: Programa de monitoramento da fauna terrestre. Os programas de monitoramento reaparecerão sempre, para todos os compartimentos ambientais.; Programa de resgate da fauna; programas de educação ambiental para trabalhadores e para a comunidade do entorno.



Este mapa mostra também a presença das Unidades de Conservação mais próximas do empreendimento. O que são as Unidades de Conservação? São áreas protegidas por lei, possuem varias categorias, umas mais restritivas, outras não e que visam, realmente a preservação a conservação da biodiversidade.

Como os senhores podem ver, o empreendimento aqui está, a Unidade de Conservação mais próxima é o Monumento das Falésias, localizada no município de Marataízes, mas, em nenhum dos casos aqui mostrados, o empreendimento está inserido no interior dessas Unidades de Conservação ou na sua zona de amortecimento, que é um anel, uma faixa de 03 km, além das Unidades de Conservação.

É bom também lembrar que o empreendimento deverá destinar, por força de lei, um percentual de até 0,5% do valor de investimento, para fortalecimento dessas Unidades de Conservação já existente, para manutenção das mesmas, ou para criação de novas Unidades de Conservação.

Diagnóstico Meio Socioeconômico

Situação Atual

- Poder público como maior empregador formal do município sede do empreendimento (em Presidente Kennedy: 15,4% da população ocupada);
- Concentração econômica na sede do município;
- Baixa participação na economia estadual (1,17% e 0,42% do PIB estadual, em Presidente Kennedy e Marataízes, respectivamente);
- Baixa capacidade de consumo da população, com restrição à melhoria da qualidade de vida;
- Baixa escolaridade da população, com conseqüente dificuldade de empregabilidade;
- Baixos indicadores de desenvolvimento municipal;
- Deficiências na infraestrutura, ordenamento urbano e equipamentos sociais.



23 www.econservation.com.br

O Meio Socioeconômico da área de estudo, foi diagnosticada como?

Verificou-se que o poder público aparece como o maior empregador formal do município sede do empreendimento. Quer dizer, ele emprega 15,4% da população ativa. Uma concentração econômica muito forte na sede do município em detrimento das áreas rurais; uma baixa participação na economia estadual, tanto em Presidente Kennedy como em Marataízes, respectivamente.

Baixa capacidade de consumo da população, com restrição a melhoria da qualidade de vida; baixa escolaridade da população, com uma conseqüente dificuldade de empregabilidade, baixos indicadores de desenvolvimento municipal; e, deficiências gerais na infraestrutura, no ordenamento urbano, e nos equipamentos sociais.

Este é o quadro atual da área de estudo.

Impactos Medidas e Programas	
Meio Socioeconômico	
Impactos Potenciais	<ul style="list-style-type: none">>Capacitação profissional dos trabalhadores e fornecedores;>Geração de emprego e renda;> Dinamização da economia;>Expansão urbana desordenada;>Pressão sobre serviços e equipamentos urbanos;>Interferência no cotidiano da população;>Interferência nas atividades turísticas.
Medidas	<ul style="list-style-type: none">> Apoiar e promover a capacitação de trabalhadores;>Priorizar a mão de obra local;>Monitorar as Pressões sobre Serviços e Equipamentos Sociais;>Controle sobre a divulgação do empreendimento;>Implementar Programa sobre DSTs, junto à mão de obra contratada e à população do entorno;>Implementar ações direcionadas para os profissionais envolvidos nas atividades de lazer e turismo.
Programas	<ul style="list-style-type: none">>Programa de Capacitação Profissional;>Programa de Monitoramento Socioeconômico;>Programa de Comunicação Social;>Programa de Prevenção a Doenças Sexualmente Transmissíveis – DSTs.

24 www.econservation.com.br

Os impactos no Meio Socioeconômico aparecem em algumas ocasiões com natureza extremamente positiva; logicamente que existem também os impactos negativos, mas temos aqui como positivo: Capacitação profissional dos trabalhadores e fornecedores; geração de emprego e renda; dinamização da economia - vocês vêem que esses três impactos possuem natureza positiva. Expansão urbana desordenada; pressão sobre serviços e equipamentos urbanos - é muito natural, afinal de contas, você está atraindo novos trabalhadores para a região. Interferência no cotidiano da população - não tem como não interferir. Interferência nas atividades turísticas.

Para minimizar os impactos negativos e potencializar aqueles de caráter positivo, propõe-se as seguintes medidas:

Apoiar e promover a capacitação dos trabalhadores - já existe essa iniciativa, e já encontra-se em andamento esse programa.

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**

Priorizar a mão de obra local, ou seja, não ficar importando trabalhadores de fora quando poderá ser aproveitada a força de trabalho local.

Monitorar as pressões sobre serviços e equipamentos sociais; controle sobre a divulgação do empreendimento, para evitar distorções, informações distorcidas que acabam por aumentar ainda mais a pressão sobre a infraestrutura local; implementar programas sobre doenças sexualmente junto à mão de obra contratada e a população do entorno; implementar ações direcionadas para os profissionais envolvidos nas atividades de lazer e turismo.

E os programas para acompanhamento dessas medidas?

Temos um Programa de capacitação profissional, que é, realmente, o carro-chefe deste projeto; um forte programa de capacitação profissional, objetivando a priorização da mão de obra local. Programa de monitoramento Socioeconômico; programa de comunicação social, e um programa de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.

Diagnóstico

Meio Socioeconômico- Pesca

Situação Atual

- Existência de 07 comunidades pesqueiras;
- Infraestrutura deficiente de apoio à pesca;
- Atividade predominantemente artesanal.



25 www.econservation.com.br

Quanto à Pesca que encontra-se dentro do Meio Socioeconômico, a situação atual é a seguinte: Existência de sete comunidades pesqueiras, como já foi mostrado; uma infraestrutura deficiente, devido à falta de apoio ao segmento pesqueiro, e uma atividade predominantemente artesanal; que sabemos que não é somente aqui da região, a nossa costa, realmente, predomina, ainda, a pesca artesanal.



Impactos Medidas e Programas

Meio Socioeconômico- Pesca

Impactos Potenciais	<ul style="list-style-type: none">> Conflito com a atividade pesqueira;> Interferência na atividade pesqueira.
Medidas	<ul style="list-style-type: none">> Identificar e desenvolver, junto às comunidades pesqueiras, alternativas de minimização/compensação dos impactos sobre as atividades pesqueiras;> Capacitar os pescadores e incentivá-los ao desenvolvimento da aquicultura na região, através de cursos e apoio técnico.
Programas	<ul style="list-style-type: none">> Programa de Compensação para Atividade Pesqueira;> Programa de Monitoramento de Desembarque Pesqueiro.

26 www.econservation.com.br

Os impactos potenciais.

Conflito com a atividade pesqueira e interferência na atividade pesqueira.

Parece que é a mesma coisa, mas não é. O conflito com a atividade pesqueira é um impacto de natureza temporária, ela irá ocorrer na fase de implantação, principalmente, durante a atividade de dragagem, e ela poderá ser minimizada, contornada, diante de estabelecimentos de regras entre o empreendedor e entre as comunidades pesqueiras, buscando uma compatibilização, uma harmonização das atividades.

Já a Interferência é um impacto permanente, com perda, realmente, de exclusão de algumas áreas que hoje são utilizadas para pesca. Daí a necessidade de se propor, não somente medidas mitigadoras, mas medidas compensatórias. Essas medidas são empregadas quando você identifica

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**



impactos não mitigáveis, impactos que não tem como mitigá-los; você tem que compensá-los de alguma forma.

Então, temos, identificar e desenvolver junto às comunidades pesqueiras alternativas de minimização/compensação das atividades pesqueiras; capacitar os pescadores e incentivá-los ao desenvolvimento da aquicultura na região, através de cursos e de apoio técnico.

E, por fim, temos o programa.

Um programa de compensação para a atividade pesqueira, que chamamos do programa social da pesca, que é um programa muito abrangente, que o empreendedor pretende desenvolver esse programa de uma forma participativa, ou seja, com a participação das comunidades; e o programa de monitoramento de desembarque pesqueiro, que servirá para acompanhar a evolução do segmento pesqueiro na fase de implantação e operação do empreendimento, possibilitando a inclusão de outras medidas, se necessárias.

Diagnóstico

Meio Socioeconômico- Patrimônio Histórico Cultural e Arqueológico

Situação Atual

- 04 comunidades quilombolas (Cacimbinha, Boa Esperança, Barrinha e Deserto Feliz);
- 08 sítios arqueológicos (fora da ADA);
- Igreja Nossa Senhora das Neves.



27 www.econservation.com.br

O Estudo contemplou ainda as questões do Patrimônio Histórico e Cultural e Arqueológico. Foram estudadas 04 (quatro) comunidades de quilombolas, sendo duas em Presidente Kennedy e duas em São Francisco do Itabapoana; foram identificados 08 sítios arqueológicos, todos eles na área de estudos, mais fora da Área Diretamente Afetada - ADA, aquela que sofrerá intervenção.

E, temos a Igreja Nossa Senhora das Neves que já foi destacada na apresentação do Sr. Salomão.

Impactos Medidas e Programas

Meio Socioeconômico- Patrimônio Histórico Cultural e Arqueológico

Impactos Potenciais	➤ Interferência sobre o patrimônio cultural e arqueológico.
Medidas	➤ Elaboração e implantação dos Programas de Prospecção Arqueológica na ADA e de Educação Patrimonial para trabalhadores e comunidades do entorno.
Programas	➤ Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial.

28 www.econservation.com.br

Quais são os impactos potenciais?

Interferência sobre o Patrimônio Histórico e Cultural e Arqueológico. E as medidas? Elaboração e implantação dos programas de prospecção arqueológica na ADA, isso irá ocorrer agora, entre a LP e LI, será feito um levantamento através de prospecção com resgate dos sítios, se encontrados; e, educação patrimonial para trabalhadores e comunidades, mostrando, enfatizando, a importância das questões arqueológicas e culturais da região. Através do programa de prospecção arqueológica e educação patrimonial.



Conclusão

Conforme os estudos realizados e com a implementação das medidas e programas recomendados, verifica-se que o empreendimento contribuirá para o crescimento socioeconômico da região com equilíbrio ambiental.

29

www.econservation.com.br



Conclusão.

Conforme os estudos realizados, e, considerando, realmente, a implementação das medidas e programas recomendados, verifica-se que o empreendimento contribuirá para o crescimento socioeconômico da região, com equilíbrio ambiental, ou seja, é um empreendimento sustentável, do ponto de vista socioambiental.

Obrigado


Estudos e Projetos Ambientais

Paulo Cerutti
Diretor Executivo
☎ (27) 3025-3180
✉ econservation@econservation.com.br

📍 Rua José Alexandre Buaiz, nº 300,
Edifício Work Center,
Salas 1103, 1104, 1117 e 1118
Enseada do Suã - Vitória/ES

30 www.econservation.com.br 

Muito obrigado.

Esses são os nossos contatos, da empresa, qualquer necessidade de contato, fiquem bastante à vontade.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) -
Obrigada a todos pelas apresentações.

Quero registrar e agradecer algumas presenças, Sr. Robertino Batista da Silva, Prefeito de Marataízes, Sr. Rodrigo Cesar Barbosa, Promotor de Justiça de Presidente Kennedy, Sr. Marco Antônio Nogueira, representante do Ministério Público para Assuntos de Meio Ambiente para a microrregião, Claudio Heringer, Secretário Municipal de Meio Ambiente de São Francisco de Itabapoana, Sr. Edmar Henrique, da Secretaria de Agricultura e Pesca de São Francisco de Itabapoana, Sr. Samuel, do SINDIROCHA, o Sr. Vereador Marcelo Garcia, de São Francisco de Itabapoana, os Senhores analistas ambientais do IBAMA, Sra. Elizabeth Uema, Sr. José Geraldo Brandão, Sr. Guilherme Gomes de Souza e Sr. Rafael de Oliveira Santana.

Neste momento teremos 15 minutos de intervalo, é o momento para inscrição das perguntas; os senhores receberam um formulário específico; as perguntas devem ser dirigidas ou para o IBAMA ou para o empreendedor, a respeito do projeto, ou para a Consultoria a respeito do Estudo de Impacto Ambiental, perguntas de outros temas não serão lidos.

Depois do intervalo iremos discutir as perguntas. Elas podem ser entregues nesta mesa ou na mesa, na lateral, para equipe do IBAMA.

Muito obrigada.

(A reunião é suspensa às 20h22, sendo reaberta às 20h55min.)

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) -

Solicitamos a todos que tomem seus lugares para reiniciarmos a nossa Audiência Pública, por favor.

Convidamos a compor a mesa o Sr. José Maria Vieira de Novaes e o Sr. José Salomão Fadlalah, representantes da empresa TPK Logística S.A. e o Sr. Paulo Wander Cerutti, da empresa Consultora Ecoconservation Estudos e Projetos Ambientais Ltda.

Nessa segunda fase da Audiência Pública vamos ler os formulários com os questionamentos entregues na Mesa ou vamos convidar as pessoas que se inscreveram para fazer a manifestação de forma oral. Para a manifestação oral haverá o tempo máximo de 03 minutos, e a resposta pela Mesa também será de 03 minutos. Os questionamentos serão lidos em blocos, seguindo a ordem de um bloco de perguntas escritas e manifestações orais.

Primeiro, vou ler um bloco de dez perguntas escritas e posteriormente vamos chamar dez pessoas para fazer a manifestação oral, e assim por diante.

Vamos dar início ao primeiro bloco de perguntas escritas.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Fernando Marques Teles, de Presidente Kennedy.

"Qual é o contato específico para agregar, prestar serviço com caminhão caçamba para terraplanagem do empreendimento? Quando e de que forma ficaremos sabendo das contratações para obras e operação do empreendimento?"

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) - No momento, como mostrei na apresentação, estamos a 12 meses da obtenção da nossa Licença de Instalação. Quando obtivermos a Licença de Instalação e as demais licenças, passaremos a um processo de contratação das empresas que farão as obras. E pretendemos explicitar nos contratos que faremos da necessidade de que as empresas que farão as obras, priorizem a contratação de fornecedores locais.

Haverá um processo de desenvolvimento de fornecedores locais, e nesse processo constará como as empresas se habilitarão para prestar serviço ao empreendimento.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Gostaria de pedir novamente, para quem está no fundo da quadra, se quiserem conversar, que, por favor o façam fora do recinto, a fim de se evitar o prejuízo da reunião.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Ronaldo Dutra, de Presidente Kennedy.

"Quanto ao destino das sobras e destino para a Associação Ideal de Reciclagem e Artesãos de Presidente Kennedy. Entidade já constituída, em processo de regulamentação junto ao Cartório do Município.

Um comprometimento desse apoio gera mais emprego para a comunidade, os materiais arrecadados serão selecionados e reaproveitados para indústrias, metal, plásticos, líquidos, tudo que pode ser reciclado.

Entidade fundada em 03.12.12"

Sr. Ronaldo, estou repassando seu contato para o empreendedor.

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) -

Gostaria de dizer que será política da nossa empresa, apoiar a reciclagem de resíduos, sobretudo aqui no município. Certamente a seu tempo conversaremos com essa associação, no sentido de viabilizarmos um apoio.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta da Sra. Luciana da Silva, em nome da Câmara de Dirigentes Lojistas de Presidente Kennedy.

" A Câmara de Dirigentes Lojistas na condição de representante do comércio do município de Presidente Kennedy, vem através desta requerer a intermediação entre a oferta de cursos pela rede S de formação (SENAI, SEBRAE, SESI) e a contratação dos mesmos pela prefeitura municipal de Presidente Kennedy, com o intuito de garantir mais transparência ao programa, a Câmara de Dirigentes Lojistas se dispõe a sediar o posto de inscrições dos cursos, fazendo uma seleção dos moradores aptos a serem beneficiados.

A participação do CDL de Presidente Kennedy ao processo é vital para o município, levando-se em consideração que os cursos qualificarão também mão de obra para o comércio local, e potencialmente futuros consumidores.

Como uma condicionante desta parceria, solicitamos, inclusive, que a empresa TPK estimule as empresas que forem instaladas na região a serem associadas à Câmara dos Dirigentes Lojistas; fortalecendo ainda mais o município através da prestação de serviços"

Este texto está assinado nome do Sr. José Augusto Galito.

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) - A empresa concorda e vai apoiar, e certamente vai orientar a empresa que vem nos dando consultoria, no tocante a esses cursos de capacitação, para que haja sempre uma excelente integração com a Câmara de Dirigentes Lojistas.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) - Temos em mãos a pergunta do Sr. Marcelo Herman, da SINAENCO.

"Quantas empresas espera-se que estarão envolvidas durante a operação do porto? Há algum entendimento prévio com a prefeitura para concessão de benefícios fiscais - ISS, para instalação de empresas no empreendimento e seu entorno?"

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) - Não podemos precisar exatamente o número de empresas que estarão trabalhando aqui. O fato é que o nosso projeto é multipropósito. Certamente atrairemos muitas empresas para o município, e, como política geral, muitos municípios costumam conceder incentivos para atrair empresas. Até o

momento não existe nada definido em relação ao município de Presidente Kennedy, até onde estou informado.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Euvair Teixeira da Silva, da Praia de Marobá.

"Qual será o impacto na Praia de Marobá quanto ao Turismo e urbanização. Quem mora a menos de 4 Km do centro do porto, quais serão as consequências em termos de urbanização.

E quanto à questão com o Loteamento Solimar?"

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) - Acho que o impacto na Praia de Marobá, quanto a questão do turismo, o que vislumbramos é que haverá um crescimento da demanda por turismo de negócios. Muitos trabalhadores que virão, muitos técnicos que virão trabalhar no porto, trarão suas esposas, e, certamente vão fazer turismos aqui no município, mesmo fora dos períodos de temporada.

No que diz respeito ao Loteamento Solimar, existe um processo que foi discutido com governo do Estado, desde o momento em que se pensou em implantar esse projeto, houve a necessidade de se usar aquela área do loteamento; isso foi discutido com o Governo do Estado; e devido ao alto alcance social deste empreendimento, e dada a importância para o desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, especialmente para a região sul do Estado, onde o Governo do Estado tem uma preocupação muito grande em corrigir a balança do desenvolvimento. Atualmente o Espírito Santo cresce muito no norte, cresce na Grande Vitória, e a região sul ficou para trás em termos de desenvolvimento.

O Governo do Estado com essa preocupação, e dado o alcance social desse projeto resolveu decretar aquela área como uma área de utilidade pública, e pretende incorporá-la ao projeto.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Carlos Belônia, da Colônia de Pesca Z-14.

"Como a empresa está planejando o impacto ambiental do porto em relação ao setor pesqueiro; em relação às fases de LP e LI?"

Em relação ao funcionamento do porto; como está sendo planejada a sustentabilidade para o setor pesqueiro, em relação à LO?"

No que tange ao controle ambiental da atividade portuária, uma vez que o empreendimento estiver nas fases de instalação e funcionamento, como ocorrerá o acompanhamento social em relação ao impacto ambiental no setor da pesca?"

Em relação a Colônia de Pesca Z-14, localizada na área afetada diretamente pelo empreendimento, como o empreendedor pretende relacionar-se com o representante do setor pesqueiro, colaborando na manutenção da sustentabilidade do setor?"

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) -

Gostaria de dizer que o Estudo ambiental indicou a necessidade de compensar os pescadores. Isso já ficou claro na apresentação feita.

A empresa pretende sentar com os pescadores, vamos entender as demandas, o que o pescador acha do assunto, onde se acha prejudicado, o que pode ser feito para mitigar os impactos e para compensar.

Só a partir de uma ampla negociação com os pescadores e pretendemos fazer isso diretamente com eles, é assim que iremos definir o que vamos fazer.

No que diz respeito aos controles dos impactos, existem os programas que estão sendo propostos pela consultoria os quais pretendemos segui-los fielmente.

Agora, gostaria de deixar que esse empreendimento está sendo licenciado e precisa ser viabilizado para ser construído. Assim que tivermos a certeza de que vamos iniciar a obra, antes do início da obra, certamente, essa questão com os pescadores já estará equacionada, mas não podemos criar uma expectativa falsa de que vamos surgir como num passe de mágica resolvendo problemas dos pescadores. Primeiro, tem que deixar claro, saindo o empreendimento, negociaremos com os pescadores e encontraremos uma solução satisfatória para ambas as partes.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - A analista do IBAMA, Sra. Elizabeth Uema, que trabalha com a parte de Pesca vai falar um pouco sob a ótica do IBAMA em relação aos programas de pesca.

A SRA. ELIZABETH ERIKO UEMA - (IBAMA) - Boa-noite. No geral, quando identificamos algum tipo de impacto sobre a questão da pesca, seja na questão da exclusão de áreas de pesca, na perda de pesqueiros, ou algum risco à atividade de pesca, nós demandamos que seja, quando já não está previsto, como é o caso, já tem previsão de elaboração de um programa voltado à Pesca, nós demandamos ao empreendedor que elabore um programa de compensação da atividade pesqueira.

O principal pressuposto desse programa é que ele, primeiro, de fato esteja dirigido àquelas comunidades que são afetadas pelos impactos identificados. E que essa questão seja feita de comum acordo com a comunidade impactada.

Então, a metodologia básica que demandamos que seja utilizada para implementar tanto para elaborar esse programa, como na própria

implementação é que ela seja de fato representativa das necessidades daquelas comunidades, e que essas compensações ou essas outras medidas mitigadoras digam de fato respeito àquele impacto que está sendo sofrido pela comunidade.

E aí, é importante que o setor pesqueiro, que essas comunidades estejam, de fato, organizadas para participar ativamente dessa discussão e da elaboração desse programa e para monitorar a implementação desse programa.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta da Sra. Elivone dos Santos Pires, Pescadora.

"Como o empreendimento pretende usar a água do rio sem afetar a pesca ribeirinha?"

Destaca-se que atualmente a pesca ribeirinha está muito prejudicada devido a constante seca na região.

O que acontecerá com o pescador ribeirinho, e que de forma afetará ainda a pesca?"

Como a resposta anterior foi sobre essa questão da pesca, queria perguntar para a Sra. Elivone se ela tem algo mais que precisa ser esclarecido? **(Pausa)**.

Vou considerar que já foi atendida.

Temos em mãos a pergunta do Sr. Jessé Gomes Motta, da Colônia de Pesca Z-14.

"É provável que haja uma diminuição no pescado da região devido a modificação do ambiente, tanto na área diretamente afetada como na área indireta. Quais alternativas estão sendo pensadas para o pescador tanto do rio como do mar?"

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) - Essa questão como falei anteriormente, precisa ser discutida com os pescadores.

Acho que é o pescador quem pode dizer o que é melhor, e qual é o melhor caminho para arranjar uma solução que satisfaça a todos.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Luciano dos Santos Reis, Pescador da Colônia de Pesca Z-14.

"Se haverá afetação da saída do pescador da Barra do Itabapoana, desde a instalação até o funcionamento do empreendimento?"

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Wander, Consultor, para responder ao questionamento.

O SR. PAULO WANDER CERUTTI - (CONSULTORIA) - O empreendimento não trará nenhum impacto sobre a dinâmica, sobre a entrada e saída de barcos no Rio Itabapoana. Isso foi exaustivamente estudada através das modelagens matemáticas que mencionamos; e não haverá, realmente, qualquer interferência que venha causar maiores dificuldades de fluxos de embarcação na saída do Rio Itabapoana.

Gostaria de responder a uma pergunta anterior sobre a questão da pesca no Rio Itabapoana, em função da retirada da água para o empreendimento.

A vazão a ser retirada do rio, é extremamente pequena, ela é insignificante, se considerarmos a vazão total do rio, e ele está localizado abaixo. Não existe o menor risco desta captação qualquer dano à pesca ribeirinha.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Elias Inácio.

"Se alguma providência está sendo tomada no sentido de não haver um possível aumento na criminalidade do município, devido ao aumento da população?"

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Wander, Consultor, para responder ao questionamento.

O SR. PAULO WANDER CERUTTI - (CONSULTOR) - A questão desses serviços públicos, entre eles, Segurança, logicamente que a Secretaria de Estado de Segurança Pública, estará imbuída do planejamento em função do aumento da população, com a vinda de novos trabalhadores. Agora, essas ações da Secretaria de Segurança estará, logicamente, em consonância com o poder público municipal e com o empreendedor, são questões públicas mas que envolvem todas as comunidades, envolve o poder público, envolve o empreendedor.

Então, logicamente, que providências serão tomadas nesse sentido, de que o aumento da população devido ao empreendimento não venha a impactar a questão da segurança pública no município e nos demais municípios da área de influência.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Finalizamos o primeiro bloco de perguntas por escrito, vamos convidar as pessoas que irão fazer as manifestações orais a ficarem aqui na frente, e poderão falar na ordem.

Pedimos que atentem ao tempo de 03 minutos, e depois desse bloco de 09 inscritos para manifestações orais, mais algumas perguntas escritas. Ao término desse bloco de manifestações orais vamos encerrar o prazo para novas inscrições de perguntas. Se alguém tem perguntas que encaminhem à mesa durante esse bloco de perguntas.

Podem se aproximar o Sr. Lúcio Pereira dos Reis, o Sr. Henrique Vivácqua Campos, a Sra. Viviane Chagas Barreto, o Sr. Marcelo Garcia, o Sr. João Farias de Souza, o Sr. Renato Belo, de Marataízes, o Sr. Cláudio Heringer, o Sr. Lenilto da Rosa Silva e o Sr. Ronaldo Mignone.

Concedo a palavra ao Sr. Lúcio Pereira dos Reis.

O SR. LÚCIO PEREIRA DOS REIS - Boa-noite.

Primeiramente queria dar os parabéns pelo projeto. O projeto é realmente muito bonito e esperamos que ele dê certo.

Não na Missão e na Visão da empresa nenhuma coisa ligando na questão social. Como índice de criminalidade, drogas, que hoje é o nosso maior problema. Mas tenho umas considerações a fazer.

Sr. Salomão, sou proprietário do Loteamento Solimar, através da Predial Itabirana, e o Sr. José Salomão disse que já foi à Diocese e negociou com eles, vai fazer estacionamento e isso e aquilo; e o terreno é meu.

O terreno é meu, é a prancha 6 do Loteamento Solimar, aprovado na prefeitura e eu nunca fui comunicado de nada. Segundo o Sr. José Salomão, eu quero dizer isso ao Sr. José Salomão, ao Sr. José Maria, para a Sra. Presidente, às instituições, e principalmente ao Sr. Ronaldo Vieira, o seguinte; quero alertá-los, e no sentido de responsabilizá-los da instituição e nas pessoas, inclusive, o IBAMA e todas as instituições aqui, que eles fazendo um porto, se eles não têm nem o terreno.

O Governo fez um Decreto de Utilidade Pública eivados de erros e vícios, que já estamos discutindo judicialmente, porém, nós não fomos procurados pela TPK, não fomos procurados pelo Governo, não fomos procurados pela prefeitura. Como que a prefeitura vai dar um Alvará de construção de um terreno em cima de meu terreno.

Vou chegar em Vitória e pedir um Alvará de construção em cima de um terreno de outra pessoa, e a prefeitura vai me dar? Juridicamente isso é impossível.

A única pergunta que tinha e que gostaria que fosse respondida, para se tirar uma licença ambiental desse porte, Dra. Mariana Graciosa, eu tenho que apresentar a titularidade do imóvel? Se eu tenho, em nome de quem está a titularidade do imóvel do porto. Como que esse porto pode ser construído, porque há dois ou três anos atrás, estive aqui, nesse mesmo ginásio, numa Audiência Pública da Ferrous, e os representantes é o mesmo

time que está trazendo esse porto agora, e a Ferrous marcou prazo, dois anos e meio, e até hoje não aconteceu nada, por quê não aconteceu? Porque ela não viabilidade econômica.

Acontece que gostaria de ter uma resposta concreta porque nos já os provocamos na Justiça, e eles nem nos responderam. Então, Doutora, como que poderá ser dada uma licença ambiental no meu terreno para construir um porto?

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - A questão da Licença Ambiental. Na verdade o IBAMA faz o licenciamento ambiental, mas isso não exige o empreendedor de outras autorizações ou outras questões legais, também pertinentes; o IBAMA olha a questão ambiental. Se o IBAMA fosse cuidar de todo o resto ele não teria pernas para isso; precisaríamos de analistas especializados, de advogados, contadores, etc..

O que o IBAMA faz, na verdade, na avaliação, após a Licença Prévia - LP é solicitar que o empreendedor apresente o domínio da parte de água junto ao SPU - Superintendência do Patrimônio da União, e no caso de outras áreas, a desapropriação. Mas isso só para a fase de Licença de Instalação - LI, é assim que o IBAMA cuida.

O SR. LÚCIO PEREIRA DOS REIS - Mas eu não tenho que me identificar que sou proprietário daquele imóvel, que quero uma licença, então, posso chegar no IBAMA e pedir uma licença em qualquer lugar que quiser?

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Então, não para a fase de licenciamento prévio, não exigimos inscrição de terreno, na verdade, para a fase de licenciamento prévio - LP, o que exigimos é a Certidão de Uso e Ocupação do Solo, pela prefeitura; e a prefeitura tem que dizer que aquela área é destinada, dentro do seu Plano Diretor, e pode ser construído um Porto, por exemplo.

O SR. LÚCIO PEREIRA DOS REIS - Eu trabalho com loteamento, então, sou de Minas Gerais, e chego em Belo Horizonte, e quando vou pedir

uma licença para o IBAMA, tenho que anexar o meu nome, as Xerox autenticadas da propriedade do imóvel que quero fazer isso, e aqui, não estou entendendo essa não exigência.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Na verdade, assim, cada Estado pode ser um pouco mais rígido do que o Federal, talvez possa ser isso.

O SR. LÚCIO PEREIRA DOS REIS - Então posso perguntar ao Sr. José Salomão?

Sr. José Salomão, como o Senhor pode viabilizar um porto, o Senhor deu um prazo de 12 meses para começar fazer as coisas, e mais 48 meses para a instalação, se os Senhores estão no meu terreno, e estou conhecendo os Senhores agora? Eu fiquei sabendo que o Sr. Ronaldo Vieira é um homem muito sério, mas essa é a cara do empreendimento e do porto que os Senhores querem apresentar, em cima de um terreno meu? Trabalhando com a Diocese, negociando com o terreno com a Diocese, fazendo estacionamento, e eu nunca fiquei sabendo?

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) - Sr. Lúcio, de fato o empreendimento só poderá ser construído e licenciado pela ANTAQ, se o empreendedor tiver o domínio útil do terreno, isso o Senhor não tenha dúvidas que é assim que se procede. Ninguém vai fazer um projeto como este num terreno de A ou de B; ocorre, que, como falei anteriormente do Estado do Espírito Santo, depois de analisar esse projeto, seu alcance social, ele entendeu que a área dos dois loteamentos seriam áreas de interesse público e decidiu desapropriá-las.

Uma vez que decidiu pela desapropriação, se ele exercer a desapropriação legalmente ele passa a ter o domínio dessa área, e pode incorporá-la ao projeto. Naturalmente que esse projeto não existirá se o Governo na exercer esse instrumento.

Agora, acabei de falar inclusive, na questão dos pescadores, que esse projeto está em desenvolvimento, estamos conversando com clientes, para que esse projeto venha a realmente a ser implementado, existem algumas

condições precedentes, agora, a licença que estamos pedindo ao IBAMA é a seguinte; nesta área aqui é possível fazer o empreendimento? Seus impactos, uma parte deles são benéficos, trazem coisas positivas? Se o IBAMA entender que sim, e se o Estado exercer a desapropriação, naturalmente, não pretendo polemizar com o Senhor.

O SR. LÚCIO PEREIRA DOS REIS - Os Senhores já decretaram meu fim.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Por favor, o Senhor se inscreva novamente, porque tem outras pessoas inscritas e estão aguardando.

Concedo a palavra ao Sr. Henrique Vivácqua Campos.

O SR. HENRIQUE VIVÁQUA CAMPOS - Boa-noite a todos.

Vim aqui porque sou parceiro do Sr. Lúcio no mesmo empreendimento. Vou me solidarizar com ele, uma vez que o Dr. Salomão acabou de falar que foi feito um decreto de Utilidade Pública que tem um mês, e esse projeto tem 04 anos que está sendo elaborado. Então, tem 04 anos que estão elaborando um projeto sem ter a propriedade do terreno, temos lá 550 hectares, são 10.700 lotes, e já tem mil proprietários, vendidos lotes para terceiros, e que estão hoje em dificuldades, porque não podem negociar durante esses três ou quatro anos, uma vez que foi caracterizado que vão fazer um porto em cima de um terreno sem a sua propriedade.

Isso é que estranho, se faz um projeto numa envergadura dessas, sem ter a propriedade; um projeto de 2 mil hectares, sendo que 550 hectares são nossos. Então isso é uma coisa muito importante, e eu estranho que o IBAMA não tenha conhecimento das ações judiciais que estão correndo no município sobre esse assunto, e está sendo discutido, vem pessoal de Brasília, vem o IBAMA, reúne todo esse povo aqui, e sem ter a propriedade do terreno. Como posso construir uma casa no quintal dos outros? Não tem sentido.

Estamos querendo é um esclarecimento disso, um esclarecimento público hoje, e que vai nos interessar na ação judicial que corre na Justiça.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - De fato o assunto acabou de ser discutido; o IBAMA não tem conhecimento de ações judiciais, e queria reforçar um outro aspecto, o fato pelo qual o IBAMA não exige a propriedade na fase de licenciamento prévio, é porque nessa fase, como foi apresentado aqui, discutimos as alternativas locacionais do empreendimento. O empreendimento, não, necessariamente vai ser num determinado local; já aconteceu em outros projetos, um empreendimento na Bahia, em Alagoas, em que o empreendedor até tinha a propriedade do terreno, só que o IBAMA decidiu que ambientalmente naquele local não poderia ser construído.

Por isso que não é exigido na fase do licenciamento prévio a propriedade do terreno, porque ainda não está definido se de fato será ali.

Concedo a palavra a Sra. Viviane Chagas Barreto.

A SRA. VIVIANE CHAGAS BARRETO - Boa-noite a todos.

Sou Viviane Chagas, estou como Tesoureira da Colônia de Pesca Z-1, representando os pescadores de São Francisco de Itabapoana.

Como já conversei com o Sr. Salomão, com o Sr. José Maria, a Colônia ficou muito triste de não ser procurada como representante dos pescadores, ficamos sabendo dessa audiência porque ouvimos no rádio, pelo que vimos no blog, tive acesso ao e-mail do Sr. Cristian, que não conheço pessoalmente, mas enviei um e-mail para ele em nome da Colônia que queríamos conversar, não obtive resposta, não me deu retorno.

Quero falar que a Colônia está à disposição para conversar sobre a melhoria para os pescadores.

Sobre a questão do RIMA, diz que tem 300 famílias de pescadores em Barra do Itabapoana; essa informação está equivocada, acho que os Senhores tem de olhar, porque 90% dos munícipes de Barra vivem da pesca; só associados à Colônia Z-1, temos mais de 400, fora os que moram lá e não associados a nós. Então, parece que tem um equívoco nesses números, estamos prontos para ajudar.

Outra questão é sobre o bota-fora. Não entendi muito bem, fiquei preocupada com isso, da questão dos nossos pescadores. Como o Senhor falou, não vai ter muita interferência, mas como? E quanto o barco tiver que entrar e sair, vai ter alguma coisa sinalizando? Não entendi bem isso, sei que explicou, mas estou perguntando de novo.

A questão de que será construído um quebra-mar. Os nossos pescadores de São Francisco, o pesqueiros do pessoal de Barra de Itabapoana é na Praia das Neves; como vai ficar esse quebra-mar, o acesso dos nossos pescadores até o pesqueiro, porque com a empresa LLX já passamos por isso, no qual foi feita uma ponte, falaram que os pescadores poderiam passar debaixo da ponte. Depois de construída o pescador tem que dar uma volta imensa para chegar até o pesqueiro. Gasta mais combustível, e não consegue o pescado.

Para encerrar; lá na Bíblia, nas antigas Escrituras já tinha o pescador, e hoje a cada que passa tem mais empreendimentos e menos espaço para o pescador. Como vai ficar os nossos pescadores, não vai mais existir, porque não terá mais pescados, a cada plataforma instalada são 500 metros de exclusão, o pescador não pode se aproximar; a cada empreendimento mais distância do pescador; como vai ficar a vida do nosso pescador?

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Concedo a palavra ao Sr. Paulo Wander, Consultor, para responder ao questionamento.

O SR. PAULO WANDER CERUTI - (CONSULTORIA) - Como estou com a garganta bastante prejudicada, quem poderá falar melhor sobre essa questão dos conflitos e interferência com a comunidade pesqueira é o nosso Consulto Sr. Leandro Rabello, que foi o responsável pelo estudo do segmento pesqueiro.

Vou pedir a ele que venha até a frente e fale sobre essa questão, explicando melhor sobre a diferença entre conflito e interferência.

O SR. LEANDRO RABELLO - (CONSULTORIA) - Boa-noite a todos. Como o Dr. Paulo falou, meu nome é Leandro Rabello, sou

Oceanógrafo da Consultora Econservation, e ficou a meu cargo fazer a parte do diagnóstico da atividade pesqueira desse empreendimento.

Em relação à atividade pesqueira de Barra de Itabapoana, identificamos que são 300 famílias de pescadores marinhos. Também diagnosticamos pescadores ribeirinhos, só que constatamos que eles não serão impactados. No caso os pescadores marinhos, são em torno de 300 famílias, conversamos com o Sr. Nureyev, estivemos na Capatazia, conversamos, o Presidente da Colônia também estava presentes, e identificamos os pesqueiros, dos pescadores de rede, de balão, de espinhel, e vimos que os mais afetados da região serão os pescadores de Barra do Itabapoana, de todas as comunidades pesqueiras, onde o impacto será mais forte, será exatamente nos pescadores de Barra do Itabapoana.

Em relação ao Quebra-mar; o Quebra-mar ele é diferente do Porto do Açú (LLX), não é ponte, é quebra-mar, são rochas que serão colocadas para fechar o canal, então não terá acesso direto, terá que se dar a volta pelo quebra-mar.

A SRA. VIVIANE CHAGAS BARRETO - Essa é a questão de que falei, e aí vai gastar mais combustível, só que a quanto tempo você teve lá, em qual ano? Depois disso tivemos vários associados, teve associados de Presidente Kennedy, foi o que falei; temos pescadores que moram em Barra do Itabapoana que são pescadores de lá, mas não eram associados nossos, eram de outras Colônias. Hoje temos vários pescadores que moram em Barra do Itabapoana e que agora transferiram para nossa colônia, o pescador é livre para estar na colônia que quiser, então, não sei se você fez sua pesquisa em cima dos associados da colônia ou em cima dos moradores que tem em Barra do Itabapoana.

O SR. LEANDRO RABELLO - (CONSULTORIA) - A pesquisa foi realizada no passado, então com o tempo, que é um pouco longo, é claro que existe uma desatualização dos dados, mas isso tem menos de um ano.

Em relação aos associados nós identificamos uma associação que é inativa lá e a Capatazia que é ativa hoje. Então fizemos a pesquisa mesmo

com a associação inativa, com os pescadores que eram associados e com a Capatazia, então, tanto pescadores que moram lá, quanto pescadores, que são, por exemplo, de Marobá, de Boa Vista que deixam seus barcos em Barra do Itabapoana, também foram entrevistados, não foram somente os pescadores de Barra do Itabapoana, mas da região.

Guaxindiba não, na própria reunião identificamos que Guaxindiba tem outros pesqueiros que não utilizam lá.

A SRA. VIVIANE CHAGAS BARRETO - *(inaudível)*

O SR. LEANDRO RABELLO - (CONSULTORIA) - Então, identificamos que existem esses pescadores, tanto do sul quanto do norte, que usam o ponto de Barra do Itabapoana como ponto de desembarque, então, estão identificados lá, e eles fazem parte da área de influência; foram diagnosticados realmente.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Só reforçando, se fica alguma dúvida, Sra. Viviane, pode encaminhar ao IBAMA e será encaminhado ao empreendedor para responder.

Registramos e agradecemos a presença do Sr. Vereador Raliston Souza da Conceição, de São Francisco de Itabapoana.

Concedo a palavra ao Sr. Vereador Marcelo Garcia para sua manifestação.

O SR. MARCELO GARCIA - Boa-noite.

Queria dizer que essa discussão em relação ao pescador; sou Vereador em São Francisco de Itabapoana, diz aquele ditado que "Gato escaldado tem medo de água fria", e já vimos desse processo no Porto do Açú, e o que pescador vem aqui reclamar e reivindicar; é que no papel, no telão, numa Audiência Pública tudo é bonito, mas na hora de implementar e transformar a vida do pescador, que é aquele que mais sofre com esses empreendimentos, o empreendedor quer doar um consultório odontológico, quer doar alguma coisa, vamos dizer assim, para "calar a boca" do pescador, mas o que nós precisamos lá em São Francisco e acho que aqui também na área desse empreendimento, é que as ações voltadas, e fala aí num

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**

programa de capacitação para o pescador, não é só capacitar o pescador, o pescador de mais coisas, precisa que sua vida seja transformada, porque o pescado vai sofrer alteração onde ele pesca. Não adianta só falar que isso será buscado depois que tiver a garantia de que vai construir o empreendimento, mesmo na discussão, mesmo na conversa, o que vai ser feito no futuro tem que ser conversado agora, antes das licenças, porque depois que a empresa tiver a licença, ela faz o que quer, já pode construir, depois vai poder operar, então precisamos que essa conversa aconteça agora, nesse momento, antes das licenças.

Então, queria solicitar ao IBAMA que pudesse assessorar e ajudar nessa parte.

Outra questão, com a captação de água do Rio Itabapoana, a vazão do rio vai diminuir, natural isso; o impacto que vai acontecer, o Senhor já falou que não terá impacto; mas qual é a vazão do rio na seca, por exemplo, e qual o percentual que será afetada nessa vazão total do Rio Itabapoana hoje?

Outra questão também é sobre o impacto social. Não vi na apresentação nenhum específico de São Francisco de Itabapoana, no que diz respeito à questão socioambiental, foi mostrado de Presidente Kennedy, de Marataízes, o impacto que Barra do Itabapoana, principalmente, vai receber no que diz respeito à saúde, as escolas, a questão do saneamento básico, água, esgoto, com uma população aumentando a cada dia, e isso não foi mostrado aqui na apresentação.

Então eu queria tentar isso, São Francisco tem sido penalizada, mas que agora, enquanto população, enquanto as pessoas que estão vendo que há necessidade de mudar a realidade daquela cidade, não podemos ver um empreendimento desse porte, se instalando aqui ao lado de Itabapoana, ao lado de São Francisco de Itabapoana, e São Francisco não ser citada, não se falou na questão do emprego, não se falou na questão social, não se falou nada; São Francisco, no que diz respeito à parte socioambiental foi esquecida na apresentação, talvez tenha no EIA/RIMA, mas gostaria que isso

fosse registrado e que fosse atentado na parte de São Francisco do Itabapoana.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) -
Obrigada.

Sobre a questão das medidas da pesca, a analista Sra. Elizabeth já colocou como é o procedimento, nessa fase, em relação às licenças, primeiro estamos trabalhando com o diagnóstico e a avaliação dos impactos, para verificar qual de fato é o impacto que vai ocorrer sobre a pesca, até os locais que serão afetados, não me lembro, mas São Francisco do Itabapoana está na Área de Influência Direta - AID do empreendimento.

De fato isso foi considerado no EIA/RIMA, e na fase, entre a Licença Prévia - LP, se o empreendimento for considerável viável, entre a LP e antes da construção, que é quando emitimos a Licença de Instalação - LI, de fato haverá essa conversa com os pescadores, para determinação dos programas e as ações que serão implementadas. Isso tem que acontecer antes de qualquer tipo de intervenção na área. Esse é o procedimento do IBAMA.

Concedo a palavra ao Sr. João Faria de Souza, para sua manifestação oral.

O SR. JOÃO FARIA DE SOUZA - Boa-noite a todos.

O pessoal fala da questão dos pesqueiros, de área de exclusão de 500 metros. Essa área de exclusão de 500 metros, colocados pela Marinha do Brasil, onde tem atividades de petróleo, as embarcações não podem jogar âncora porque pode acontecer uma tragédia; isso é uma lei da Marinha.

Quando a pessoa fala na Marinha, essa pessoa tem que saber falar, essa proibição de 500 metros é para se evitar um acidente na plataforma, tem que ser respeitado, isso é lei federal.

Está sendo falado de impacto isso, impacto aquilo, o que impacta, na verdade, é o que sofre o Rio Itabapoana, com os fazendeiros. O maior impacto no Rio Itabapoana é feito pelos fazendeiros, que acabam com as matas, com as reservas, e o IBAMA e o meio ambiente não estão atentos para cobrar dos fazendeiros que estão fazendo essas coisas erradas.

O Rio Itabapoana não tem matas nas suas margens, que fornece o oxigênio para o rio crescer cada vez mais.

Outra coisa, sou a favor que o progresso venha para o município, e vou aprovar que o empreendimento venha para o município.

Não estou aqui de brincadeira; assinei na outra para se instalar e vai continuar o progresso, sou a favor do progresso, chega de demagogia aqui, falar isso e aquilo, se assinei para vir para cá, vai ser de um jeito ou de outro, vou assinar para o projeto vir para Barra do Itabapoana, chega de fazer política suja.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) -

Concedo a palavra ao Sr. Renato Beto, da Colônia de Pesca de Marataízes.

(Pausa)

O Sr. Renato está ausente.

Vamos, então, passar a palavra ao Sr. Cláudio Heringer, Secretário de Meio Ambiente de São Francisco de Itabapoana.

O SR. CLÁUDIO HERINGER - Boa-noite a todos, boa-noite aos componentes da mesa.

Preliminarmente a Secretaria de Meio Ambiente de São Francisco, pede licença para discordar do EIA/RIMA que foi exibido aqui, no que se refere aos impactos das atividade pesqueira, onde ficou apenas referenciado a comunidade de Barra do Itabapoana, que já foi dito aqui pelos meus antecessores.

É como se o restante do litoral de São Francisco não existisse.

São Francisco de Itabapoana tem a maior área de litoral do Estado do Rio de Janeiro, são 62 quilômetros de praia, e São Francisco possui, além de Barra do Itabapoana, que fica aqui na Divisa, outras comunidades pesqueiras, como por exemplo, Guaxindiba, como já foi dito aqui, e como, por exemplo, a comunidade pesqueira de Gargaú.

Na nossa modesta opinião o EIA/RIMA deveria ser ampliado para que, efetivamente, os estudos de impactos, em relação à atividade pesqueira, atingisse, além de Barra do Itabapoana, como foi exibida aqui, as

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**



comunidades de Guaxindiba, até a divisa que é a comunidade de Gargaú. Essa é a nossa recomendação.

Gostaríamos também que fosse registrado em ata, antes do início desta audiência, protocolamos o Ofício nº 280/2013, ao Sr. José Salomão, em que a Secretaria de Meio Ambiente de São Francisco manifesta uma grande preocupação com a repercussão ambiental do empreendimento dessa magnitude, e peço licença, para, rapidamente ler alguns tópicos, que merecem a atenção de todos.

Alteração em relação à qualidade da água, alteração dos recursos hídricos em geral, a hidrodinâmica, a degradação marítima costeira, o relevo, o solo, a massa arbórea no meio biótico, questões de mobilidade urbana, questões de excesso de tráfego de caminhões que estarão transportando resíduos e materiais que serão direcionados ao empreendimento; enfim, gostaríamos de consignar as nossas preocupações nesse Ofício nº 280/2013, que foi protocolizado nas mãos do Sr. José Salomão, já que em apenas 03 minutos não haveria tempo suficiente para que pudéssemos colocar cada uma dessas preocupações ambientais.

Acreditamos que o Porto é um empreendimento que agrega um potencial econômico na região, sem dúvida nenhuma, mas, enquanto Secretaria de Meio Ambiente, enquanto Cidadãos, temos que ter a capacidade de conciliar investimento econômico com preservação dos recursos naturais; isso se chama Sustentabilidade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Em relação ao ofício, se tiver uma cópia e quiser protocolar aqui na mesa ao lado, ele vai para o processo do IBAMA, é importante, ou poderá depois encaminhar direto ao IBAMA.

Concedo a palavra ao Sr. Leandro Rabello, da Consultoria, para suas considerações.

O SR. LEANDRO RABELLO - (CONSULTOR) - Fizemos duas reuniões, havia falado com o Sr. Presidente da Colônia Z-01, de Gargaú. Foi

identificado que tanto os pescadores de Guaxindiba quanto de Gargaú eles não utilizam esse pesqueiro ao norte; eles utilizam o pesqueiro de São Francisco e ao sul. Então, essa região ao norte é só a partir de Barra de Itabapoana que é utilizada.

No caso de Gargaú e Guaxindiba eles utilizam pesqueiro defronte ao município e ao sul.

Então, não identificamos nenhum impacto, nenhuma influência.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - O Sr. Claudio deseja complementar alguma coisa? **(Pausa)**

O SR. CLÁUDIO HERINGER - A nossa atuação profissional não está distrita aos estudos de oceanografia, mas, de uma forma muito modesta, nós insistimos que o EIA/RIMA apresentado aqui, no que se refere à atividade pesqueira deve contemplar toda a extensão do litoral São Franciscano e não apenas a comunidade de Barra do Itabapoana, como foi exibido aqui.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Concedo a palavra ao Sr. Lenilto da Rosa Silva, para sua manifestação oral.

O SR. LENILTO DA ROSA SILVA - Boa-noite a todos. Na realidade, minha fala aqui hoje é um pouco direcionada ao órgão licenciador, ao IBAMA.

Vimos na apresentação se tratando de compensação ambiental, vimos que o órgão ambiental já destina 0,5% do total do empreendimento, já voltada para as áreas de preservação ambiental.

Acontece que a empresa que acabou de receber a Licença Prévia - LP, já foi destinada cerca de R\$ 2 milhões, já destinados para essas áreas; e a questão do pescador que vive ali da pesca de geração em geração, e ainda vai-se estudar o que se deve fazer para compensar.

E chega, muitas das vezes, quando se chega a conclusão da compensação, se faz até um estudo nas comunidades pesqueiras para se fazer um levantamento; vou contar uma experiência nossa, que quando concluímos o que queríamos, era do desejo da comunidade que se fosse implantada uma fábrica de gelo para amenizar os impactos.

Ficou aprovado que seria a Fábrica de Gelo, e ficou-se trabalhando nesse sentido, só que quando foi revelar o valor que seria destinado para implantação da Fábrica de Gelo, assustou todo mundo, porque eram R\$ 150 mil, onde só o soprador de gelo custaria R\$ 150 mil.

Então, o percentual para essas áreas de reservas já estão destinadas a ter 0,5%, mas para o infeliz do pescador que nasceu e cresceu ali, e tem que sobreviver, não existe uma garantia de compensação, ela ainda terá que ser estudada, ser avaliada; e muitas das vezes se estuda, a comunidade aponta o que quer, e quando vai se deparar com o valor é um valor simbólico, que, na realidade não compensa nada, porque um empreendimento como esse, como exemplo, não é um empreendimento de dias, é para toda a vida, se instalou, vai ficar ali para toda a vida.

Isso em respeito ao órgão ambiental.

Agora, acompanhei um pouco do trabalho da empresa, até gostei um pouco do trabalho da assessoria, embora, alguns questionam, mas, pude observar que fomos contemplados com a abrangência do estudo.

Outra coisa que está me incomodando é que a empresa disse aqui; lógico que ela vai trabalhar na questão da qualificação do povo local, para que a prioridade da mão de obra seja das comunidades. Só que vendo os cursos deverão ser em Presidente Kennedy, segundo a assessoria estava me falando, como é que está sendo tratado isso nas outras comunidades, nos outros municípios, Marataízes e São Francisco. Não estou criticando Presidente Kennedy, mas deveria ser oferecido de igualdade, se eu tenho que vir...

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Sr. Lenildo, por favor, o tempo já se esgotou. Entendi sua pergunta, o Senhor quer saber melhor como será a capacitação nos municípios da Área de Influência Direta - AID, Marataízes e São Francisco de Itabapoana, e a questão da compensação ambiental, e a compensação pesqueira.

Vou falar da parte da compensação ambiental e pesqueira e a empresa vai falar sobre a capacitação na Área de Influência Direta.

A Compensação Ambiental, aquela que fala em valores, na verdade, ela tem o objetivo de compensar as perdas que não temos como fazer programas de mitigação. Ela é definida por lei, é um valor monetário sim, e que se destina às Unidades de Conservação; isso não exime a questão da Compensação Pesqueira, mas o importante que a Compensação Pesqueira não tem que ser trabalhada como questão de valores, ela tem que ser trabalhada em cima da perda que vai acontecer e do impacto que será gerado, para haver um equilíbrio. Se a compensação ambiental vai custar meio milhão e compensação pesqueira vai custar R\$ 150 mil, não temos que trabalhar com isto, temos que trabalhar com controle de impactos, é isso que o IBAMA busca.

A questão da compensação ambiental também segue um rito específico e ela somente será estabelecida na fase de Licença de Instalação - LI; na fase de Licença Prévia - LP só é definido o grau de impacto, se vai ser até, realmente, 0,5% ou não, e a indicação das Unidades de Conservação que irão receber. Então, assim como na compensação pesqueira a compensação ambiental também só será definida na fase de Licença de Instalação - LI.

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) -
Gostaria de responder a questão de capacitação.

Nós começamos de fato em Presidente Kennedy, mas chegar a Marataízes, vamos chegar a Itapemirim, vamos chegar à São Francisco; ainda, na semana passada estivemos em São Francisco, e muito em breve estaremos iniciando o processo em São Francisco.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) -
Concedo a palavra ao Sr. Ronald Mignone. **(Pausa)**

Estando ausente, concedo-a ao Sr. Lúcio Pereira dos Reis. **(Pausa)**

Estando ausente e não havendo mais inscrições orais, vamos voltar a ler algumas perguntas escritas.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Paulino Gonçalves, da Colônia de Pesca Z-14.

"Por que foi considerado que Presidente Kennedy possui apenas uma áreas pesqueira? O pescador mora em todo o município, e uma vez que está exercendo a atividade, pode fazê-la tanto no rio, como no mar."

Concedo a palavra ao Sr. Leandro Rabello, da Consultoria, para suas considerações.

O SR. LEANDRO RABELLO - (CONSULTOR) - Os pescadores afetados serão os pescadores marinhos. Identificamos que os pescadores marinhos serão afetados no caso da possível implantação desse empreendimento, e, em Presidente Kennedy a única comunidade de pescadores marinhos, que pescam no mar, é em Marobá. Não tem nenhuma outra comunidade que pesque no mar e que seja de Presidente Kennedy.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Alcidimar da Cruz Motta, da Colônia de Pesca Z-14.

"Em caso de impossibilidade de exercício da atividade pesqueira, como a empresa pretende relacionar e capacitar o pescador que não conseguir exercer sua atividade?"

Concedo a palavra ao Sr. José Salomão, empreendedor, para responder ao questionamento.

O SR. JOSÉ SALOMÃO FADLALAH - (EMPREENDEDOR) -

Primeiro temos que avaliar, se houver, realmente a impossibilidade, o que acredito de que não haverá; mas caso haja, naturalmente que vamos ter que sentar com o pescador, ver qual é sua aptidão, qual é a forma que se sentiria compensado e negociar com ele uma solução. Não tenho ainda,

nesse momento, uma fórmula definida, precisa de uma conversa, se for o caso.

O SR. LEANDRO RABELLO - (CONSULTOR) - Apensa complementando, no caso da atividade pesqueira temos dois programas, já foi apresentado; o primeiro é de Monitoramento. Esse programa é muito importante porque ele quantifica o quanto de perda que pode ocorrer.

Então, digamos que hoje estão pescando 1.000 kg/mês, quando o empreendimento tiver ocorrendo, precisamos estar monitorando para saber se existe, realmente, uma perda ou não.

É importante que se respondam as perguntas, que haja esse monitoramento para saber quantificar essa perda, se ela vai ocorrer ou não, e também o outro programa é o de Compensação, que tem como um de seus objetivos é gerar renda de forma sustentável, com essas perdas, você gerando renda você consegue diminuir essas perdas, ou seja, você está compensando o pescador de alguma forma.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta da Sra. Adriana Nicoli, de Presidente Kennedy.

"Existe o risco de salinização da do lençol freático no entorno do porto, já que a localidade de Jaqueiras está praticamente no mesmo nível do mar? Caso isso ocorra qual é a solução a ser tomada?"

Concedo a palavra ao Sr. Alexandre, da Consultoria para responder ao questionamento.

O SR. ALEXANDRE - (CONSULTOR) - Boa-noite. Meu nome é Alexandre, sou oceanógrafo, trabalhei na condução desse EIA, junto com a empresa de modelagem. A modelagem de salinização do lençol freático foi executada considerando essa abertura da dársena onde vai entrar o mar na região continental.

A simulação foi feita com o modelo tridimensional, onde você analisa a penetração para dentro do continente, também qual a profundidade que

essa salinidade vai penetrar, e os estudos analisaram como é que é o ambiente hoje. Hoje o Rio Itabapoana exerce uma força bastante considerável, não permitindo que o mar penetre, principalmente em profundidade para dentro do continente. Mas próximo a Marobá você já tem uma penetração já dessa água com uma certa salinidade, aproximadamente a 16 metros, 20 metros de profundidade no continente.

Com a abertura da dársena a modelagem indicou que vai ocorrer a salinização ao redor dessa dársena, não vai ter um espalhamento por todas as laterais da dársena. Então, todo o trecho que vai ter a maior penetração dessa salinização, ela é no terreno do empreendimento, que seriam onde estariam as indústrias que se instalariam do empreendimento; não tendo, basicamente, uma salinização levada fora dessa área do empreendimento.

Na região que, naturalmente, já se encontram uma certa salinidade que é próxima à Marobá, na profundidade, haverá um aumento dessa salinização, só que, basicamente, a partir dos 16 metros de profundidade, uma salinização relativamente pequena, mas só a partir dos 16 metros.

Então, todos os poços que captam água, basicamente, acima disso aí, não serão afetados; a água que usamos para irrigação, é coletada acima dessa profundidade. É uma salinização relativamente baixa em comparação com a salinização do mar.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta da Sra. Anádia Macedo da Silva.

"Nos dias atuais a sustentabilidade está em alta, não se fala outra coisa a não ser no meio ambiente. Nos perguntamos se as grandes empresas, organizações, estão de acordo com os órgãos ambientais e seguem as leis.

Toda utilização de produtos não renováveis é questionada e levada muito a sério, então, pergunto: Qual será o recurso utilizado para amenizar a grande degradação que ocorrerá em nosso município e como ela será feita?"

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Essa tua pergunta é bem ampla, porque a resposta abordaria todos os programas e todas as medidas que o empreendedor vai colocar em prática no município. Não foi indicado qual o município.

Minha recomendação é que você acesso ao Estudo Ambiental e verifique o que está sendo proposto; se tiver alguma coisa a mais a ser colocada, poderá encaminhar ao IBAMA.

O SR. SECRETÁRIO - (THIAGO AYRES LAZAROTTI ABREU) -

Temos em mãos a pergunta do Sr. Elias Gomes, de Presidente Kennedy.

"Com a construção do canal nessa profundidade e largura em terra firme, vocês poderiam nos informar qual é área de água doce que será salinizada?"

Concedo a palavra ao Sr. Alexandre, da Consultoria para responder ao questionamento.

O SR. ALEXANDRE - (CONSULTOR) - Vamos apresentar o layout do empreendimento, apesar de não ter a figura pronta, mas consigo indicar ali.

Então aqui temos a dársena, que é onde vai ter a entrada da água marinha, e toda essa área dentro dessa linha vermelha é a área que será onde estarão as indústrias do empreendimento.

Quando fizemos a modelagem, o Rio Itabapoana que desce aqui, exerce uma força muito grande da salinidade já, naturalmente, não entrar dentro dessa parte arenosa do continente. Mas, aqui, já próximo a Marobá você tem a nível de 10 metros uma penetração dessa salinidade. Então, se eu cavar um poço aqui de 10, 12 metros, já consigo encontrar uma pequena salinização, com 16 a 20 metros já consigo ver uma quantidade de água salgada considerável, e é uma penetração que entra pouco, aproximadamente um quilômetro dentro do continente.

**Audiência Pública da Apresentação e Discussão do EIA/RIMA, da implantação do
Porto Central - Presidente Kennedy, ES - 07.11.2013.**

Com a construção dessa dársena, vou ter uma salinização lateral a essa parte de água, quer dizer, muito próximo a essa água vou ter uma salinização dessa região, de superfície, e assim que vou me afastando dela, vou ter a perda da salinização da superfície, ficando mais nas camadas mais profundas, em torno de 16 e 20 metros.

Então toda essa área aqui que encontramos dentro da área do terreno, ela basicamente vai ter a salinização do zero, próximo à superfície, próximo a água, até 20 metros no limite do empreendimento, por isso que falei que a salinização vai acabar ficando dentro da porção do empreendimento.

Para norte, como temos aqui para sul essa força muito do Rio Itabapoana, essa pressão hidráulica que chamamos dentro do sistema, essa água que informei que tem certa salinidade próxima à costa, ela vai aumentar um pouco para dentro, aproximadamente mais um quilômetro, mas principalmente nas camadas mais profundas, nas camadas de 16 a 20 metros, vou ter uma elevação dessa salinização dessa área.

A SRA. PRESIDENTE - (MARIANA GRACIOSA PEREIRA) - Não temos mais perguntas a serem respondidas. Se alguém tiver mais algum tipo de questionamento, poderá ser encaminhado ao IBAMA; que tem escritório em Cachoeiro do Itapemirim, tem a Superintendência em Vitória ou IBAMA/Brasília.

Os próximos passos. Na verdade, agora, o IBAMA irá analisar o Estudo de Impacto Ambiental para verificar se o empreendimento é viável, se ele for viável o IBAMA poderá determinar outras medidas além das expostas pelo empreendedor.

Foram registrados 498 presentes, nesta audiência, todas as perguntas foram respondidas.

Declaro esta Audiência Pública válida.

Muito obrigada a todos, e boa-noite.

***(A audiência pública de apresentação e discussão do EIA/RIMA, de
implantação do empreendimento Porto Central em Presidente
Kennedy, encerra-se às 22h22min. do dia 07 de novembro de 2013,
em Presidente Kennedy/ES.)***